



# Anais da Assembléia

D.A. 106

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 25 DE JUNHO DE 1997

ANO XXIII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT .....	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL .....	Deputado ELIO RUSCH
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PT .....	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB .....	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

## Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albaror Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zarusso - Elio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Rany Borseto; PPB - 08: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademir Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cantálio - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florivaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 64ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 1997  
(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)  
- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1556**

Senhor Presidente.

Apoiado no que prescreve o artigo 132, § 2º, inciso XII, do Regimento Interno, o Deputado adiante nominado, integrante da Bancada do Partido dos Trabalhadores - PT, REQUER à Mesa, ouvido o nobre Plenário, seja concedida urgência para a discussão do Projeto de Lei nº 261/97, que declara de Utilidade Pública a Associação da Casa di Santa Martha - Centro de Convivência para o Excepcional - ACASAN, tendo em vista a premência da deliberação da matéria em questão.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) EMERSON NERONE

**REQUERIMENTO Nº 1558**

Senhor Presidente.

Apoiado no que prescreve o artigo 132, § 2º, inciso XII, do Regimento Interno, o Deputado adiante nominado, integrante da Bancada do Partido dos Trabalhadores - PT, REQUER à Mesa, ouvido o nobre Plenário, seja concedida urgência para a discussão do Projeto de Lei nº 276/97, autorizando o Poder Executivo a doar ao Município de Marialva, o imóvel que especifica, tendo em vista a premência da deliberação da matéria em questão.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) EMERSON NERONE

**REQUERIMENTO Nº 1584**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação do Projeto de Lei nº 272/97, constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

**REQUERIMENTO Nº 1551**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 1581**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido do

Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1580

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a transformação do Plenário desta Casa de Leis, em Comissão Geral, para analisar e dar parecer aos Projetos de Lei nºs 305 e 224/97, de autoria do Deputado Toti Colaço, que autoriza o Governo do Estado do Paraná, a parcelar o IPVA atrasado, em até 12 (doze) vezes, anistando as multas e atualizando monetariamente o que incide sobre os mesmos.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 107 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) TOTI COLAÇO

Apoiamento: Luiz Carlos Martins,  
Luiz Claudio Romanelli, Augustinho  
Zucchi, Horácio Rodrigues,  
Albanor Gomes, Caíto Quintana,  
Edgar Bueno, Reny Borsatto,  
Cezar Silvestri, Walmor  
Trentini, Irondi Pugliesi, Edson  
Silva Lino, Edno Guimarães,  
César Seleme, José Maria  
Ferreira, Renato Adur, Élio  
Rusch, João Techy, Beto Richa e  
Nelson Tureck.

#### REQUERIMENTO Nº 1542

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Rio Azul pelo transcurso de seus 79 anos de emancipação política, no próximo dia 14 de julho/97.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Vicente Silva, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito Senhor Jaciel Buco Martins, bem como a todos os Senhores Vereadores, para

que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Com grande júbilo a população de Rio Azul irá comemorar seus 79 anos de emancipação política no próximo dia 14 de julho/97.

Trabalhando sempre lado a lado, administração e povo, conseguirão dias melhores e o progresso cada vez mais acentuado de toda aquela região.

O Poder Legislativo do Paraná, por intermédio deste Parlamentar orgulha-se em transmitir a toda população que acredita no futuro próspero do município, o seu reconhecimento e admiração, na certeza de que tudo farão para o completo desenvolvimento econômico, urbanístico e social.

#### REQUERIMENTO Nº 1543

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Mariópolis, pela passagem do seu 37º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Neuri Roque Rossetti Gehlen, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito Senhor Benigno José Raffarel, bem como a todos os Senhores Vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem toda a população de Mariópolis.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Através desta proposição prestamos nossa homenagem de gratidão e reconhecimento à toda a população de Mariópolis, que não mede esforços em prol do progresso cada vez maior do seu município.

Na significativa data - 25 de julho - que marcará o 37º aniversário de Mariópolis, toda a população é credora de nossa homenagem e reconhecimento na certeza de que continuará com a mesma pujança e a mesma garra

colaborando para o progresso sempre crescente de seu município.

Apesar de todos os problemas por que passa a Nação, em Mariópolis a população, juntamente com o Executivo Municipal vem procurando superar as dificuldades com muito trabalho e confiança em Deus.

O Município de Mariópolis caminha a passos largos em direção ao seu objetivo maior, que é o desenvolvimento cada vez mais rápido para proporcionar a todos melhores condições de vida.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, congratula-se com toda a população, principalmente com os que acreditam que é somente com o trabalho e muito trabalho que se obtém segurança e se escreve o futuro, construindo um Paraná melhor para todos os paranaenses.

#### REQUERIMENTO Nº 1561

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Colégio Estadual Senador Correia, pela comemoração de seus 85 anos de fundação.

O Colégio Senador Correia é um dos mais bem conceituados do Município de Ponta Grossa. Atualmente oferece ensino de 1º e 2º Graus, regular e supletivo, classes de deficientes físicos e mentais.

Ao longo desses 85 anos constatou-se que o referido colégio, através de seus profissionais, procurou realizar experiências inovadoras com propostas pedagógicas diferentes, na busca de objetivos maiores, como a formação do cidadão.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Colégio Senador Correia, em nome de sua Diretora Márcia Marques de Souza, demais membros da diretoria, Associação de Pais e Mestres, professores, alunos e funcionários em geral, sito a Praça Roosevelt, s/n, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 1563

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao 13º Batalhão de Infantaria Blindada, pela comemoração de seus 74 anos de existência.

O 13º Batalhão de Infantaria Blindada é composto de 680 homens, entre oficiais, sargentos, cabos e integrantes da banda, os quais apresentam um ótimo relacionamento com a comunidade ponta-grossense, pois o Batalhão está sempre à disposição para auxiliar a sociedade civil quando solicitado, como por exemplo, nas campanhas de vacinação. Além disso, o 13º BIB desenvolve o projeto "Pelotão do Futuro", que atende meninos carentes que recebem orientações cívicas, morais e profissionais.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao 13º Batalhão de Infantaria Blindada, em nome de seu Comandante Jauro Francisco da Silva e aos demais componentes da corporação, sito à Av. General Carlos Cavalcanti, 2179, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 1565

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações à torcida organizada "Os Fanáticos", do Clube Atlético Paranaense, por sua mobilização a favor da manutenção do clube na 1ª Divisão do Campeonato Brasileiro de Futebol.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) JOSÉ TAVARES

#### JUSTIFICATIVA:

A paixão pelo futebol do Clube Atlético Paranaense foi às raias da indignação com a sentença injusta imposta pelos Juizes do Superior Tribunal de Justiça Desportiva, suspendendo-o, naquele julgamento de 05 de junho, por um ano de todas as competições oficiais dentro e fora do Brasil. Aqueles Juizes alijaram o Atlético Paranaense de seu sagrado direito de JOGAR FUTEBOL, razão de sua existência e de sua imensa torcida. Mas os atleticanos em particular e os paranaenses em geral, não se calaram.

Diante da injustiça perpetrada, milhares de vozes se levantaram em protesto. No comando da indignação, a torcida organizada "Os Fanáticos", certamente a mais apaixonada das torcidas organizadas do Paraná e do Sul do País. Suas lideranças tiveram a garra necessária para motivar atletas associados e não associados, unindo a todos no objetivo comum: fazer o Clube Atlético Paranaense manter-se na 1ª Divisão do Campeonato Brasileiro de Futebol. Competição a qual estava legitimamente inscrito por ter conquistado tal direito em campo, jogando futebol. E não em salas refrigeradas da CBF, tão íntima dos clubes poderosos e solicita no atendimento de seus interesses.

Várias manifestações públicas contra todos aqueles que afrontaram os direitos que a lei facultava ao Clube Atlético Paranaense, foram organizadas pelos "Os Fanáticos". Da sede do clube e da torcida na Baixada, saíram as listas de repúdio ao ato do STJD; as passeatas e atos públicos, reunindo atletas ilustres e a "massa" apaixonada que estimula o time e sua diretoria a transformar, de forma gradativa, o Atlético Paranaense num grande clube no cenário do futebol brasileiro. Com a revisão da sentença, garantindo a presença do Atlético na 1ª Divisão na competição deste ano, "Os Fanáticos", enquanto torcida organizada, cumpriram o seu papel. E deixaram para a história do futebol paranaense um exemplo de luta e de paixão pelo time que torcem e a quem são fiéis ATÉ A MORTE.

#### REQUERIMENTO Nº 1575

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações à Associação Recreativa Torcida Organizada "Os Fanáticos", do Clube Atlético Paranaense, e ao seu presidente, Senhor José Carlos Assunção Belotto, pela brilhante campanha desenvolvida em defesa do clube e do esporte paranaense, em virtude da cassação do Atlético pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Recreativa Torcida Organizada "Os Fanáticos", presidida pelo torcedor José Carlos Assunção Belotto, com sede na Rua Pedro Augusto Mena Barreto Monclaro, 571, Curitiba. Fundada em 24 de outubro de 1977, hoje conta com mais de 14 mil sócios, foi a grande vencedora da decisão da Confederação Brasileira de Futebol, no último dia 20, quando acataram as manifestações dos dirigentes, políticos, torcedores e principalmente da população paranaense, que exigiam o retorno do Clube Atlético Paranaense, ao patamar que merece e conquistou nos campos do Brasil.

Reconhecemos na torcida "Os Fanáticos", os grandes condutores da conquista paranaense, onde demonstramos com todas as forças que o Paraná não aceitará nenhuma interferência alienígena em nosso esporte, vindas de decisões que não dos campos de futebol.

A campanha de todos os paranaenses tem origem, nasceu do grande torcedor e presidente da torcida "Os Fanáticos", José Carlos Assunção Belotto, que coordenou num curto espaço de tempo a coleta de aproximadamente 150 mil assinaturas em abaixo assinado de torcedores de todos os clubes do Paraná e de outros Estados, chegou na classe política e em toda população do Estado do Paraná. O abaixo assinado teve destino certo, a CBF e a infeliz decisão do STJD, vindo assim a reformulação da triste decisão de suspender o grande Atlético Paranaense.

Estão de parabéns os clubes, os paranaenses e a Torcida Organizada "Os Fanáticos", do mais querido clube do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1559

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de louvor ao jornal "Folha da Imprensa", pela comemoração dos 06 (seis) anos de existência, prestando informações ao povo paranaense, através da notícia escrita, comemorado no dia de hoje e representado pela pessoa do Senhor Alcy Ramalho Filho, conforme especifica.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe os Artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de leis, solicitando o envio do presente ao homenageado.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO Nº 1579

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido do douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Renato Gomes Napoli, atual Presidente da Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa - PR.

Esta iniciativa altamente meritória, deve-se ao fato das comemorações pela passagem do aniversário de fundação da maior entidade empresarial da cidade de Ponta Grossa, que no último dia 18 de junho festejou seus 75 anos de atividades.

Requer ainda, que a decisão desta Casa de Leis seja levada para o conhecimento da Presidência da ACIPG, bem como de toda a sua Diretoria.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa/PR festejou seus 75 anos de atividades no último dia 18 de junho com muita alegria, visto que tal comemoração vem aliada com grande investimento para aquela cidade, época em que marcará um grande avanço social e econômico para seus habitantes. Com um quadro de novecentos associados, a ACIPG representa o segmento produtivo da cidade dos campos gerais, justificando o engrandecimento e a valorização desta classe.

Como co-participante de diversos períodos desenvolvimentista da cidade à ACIPG, tem sob sua responsabilidade o valoroso advento da Companhia Prada de Energia Elétrica, da Companhia Ponta-grossense de Telefone e a criação do Distrito Industrial Ciro Martins, reforçando a atividade da entidade. Também na área turística, a ACIPG, mostrou a sua pujança com a criação da "Münchenfest", a tradicional Festa do Chopp Escuro, conhecida hoje nacionalmente e já registrada como a cidade na rota das festas do Sul do País.

A maior conquista registrada para os associados foi a edificação da atual sede, inaugurada em 1980, e que agora, já tem planos de ampliação para a construção de mais um andar onde acomodará novos serviços e entidades co-irmãs, beneficiando os municípios ponta-grossenses.

#### REQUERIMENTO Nº 1584-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações à nova Diretoria do Lions Clube de Ivaiporã - Gestão 97/98, alusivos à sua posse no dia 25 de junho corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente eleito, Senhor Donezete Geraldo Camargo, através de correspondência a ser encaminhada à Av. São Paulo, 851, CEP 86870-000, Município de Ivaiporã-Paraná.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1541

Senhor Presidente.

O Deputado Federal Antonio Ueno é um dos políticos que está há mais tempo em atividade na vida pública do nosso país e do nosso Estado, contribuindo com sua experiência e conhecimento para o nosso desenvolvimento político, econômico e social.

Paranaense, nascido em Cambará a 3 de agosto de 1923, Iósio Antonio Ueno é filho de Yonezo Ueno e de Dona Kikue Ueno. Como nos informa a Professora Maria Nicolas, em seu livro sobre os políticos paranaenses na Câmara Federal, Antonio Ueno fez os cursos primário e complementar no Grupo Escolar "Generoso Marques" em Cambará, formando-se Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências de Ribeirão Preto, São Paulo; e Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Inicia sua vida pública em 1955, quando é eleito Vereador a Câmara Municipal de Assaí. Em 1963 é eleito Deputado Estadual, integrando as seguintes Comissões Técnicas: Agricultura e Política Rural, e Economia.

Membro da antiga Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café, também participou da fundação da Escola Agrícola de Apucarana.

Exerce há 30 anos o mandato de Deputado Federal pelo Paraná, tendo sido eleito pela primeira vez em 1966 e reeleito sucessivamente nas eleições seguintes. Participa ativamente nas Comissões Técnicas da Câmara dos Deputados, destacadamente a Comissão de Relações Exteriores. Em 1965 e 1967 participou como delegado à Conferência Internacional do Café em Londres.

Tem tido papel decisivo no desenvolvimento do intercâmbio político, econômico e cultural com o Japão. Em 1973 e 1974 foi Emissário Especial do Governador para assinatura do Convênio de Amizade e Cooperação Econômica entre o Governo do Estado do Paraná e a Província de Hyogo, no Japão, e Chefe da Missão Econômica Oficial do Governo do Estado ao Japão.

Já foram 30 missões políticas, econômicas e culturais, ampliando nosso relacionamento com o governo e o povo japonês - no Paraná temos a segunda maior colônia japonesa do Brasil, em municípios como Assaí, Londrina, Uraí e outros.

Antonio Ueno fala fluentemente o japonês, é amigo pessoal do Imperador Akihito e tão conhecido no Japão como aqui. Entre suas contribuições no relacionamento com o "País do Sol Nascente", temos a vinda de investimentos japoneses ao Paraná.

São muitas, portanto, suas credenciais e é em razão dessa sua trajetória que, no uso de suas atribuições regimentais, o Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, propondo a indicação do Deputado Federal Antonio Ueno como Embaixador do Brasil no Japão.

Outrossim, solicita que da decisão do Plenário seja dada ciência aos Presidentes do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães; da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer; e ao Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampréia.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) EDUARDO TREVISAN

Apoiamento: Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Nelson Garcia, Ricardo Chab, Renato Adur, Carlos Simões, Edgar Bueno, Walmor Trentini, Hidekazu Takayama, Élio Rusch, José Tavares, Plauto Miró Guimarães, Orlando Pessuti, Reny Borsatto, Edno Guimarães, Sérgio Spada, Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone, Valdir Rossoni, Geraldo Cartário, Luiz Claudio Romanelli e 1 ilegível.

#### REQUERIMENTO Nº 1546

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Fernandes Dias, Presidente da TELEPAR S/A, solicitando a implantação de Posto de Serviço - PS, na comunidade rural de Riozinho de Baixo, a qual está localizada às margens da PR-153, entre a Cidade de Rebouças e o Distrito de Engenheiro Gutierrez, no Município de Irati.

Trata-se de antiga reivindicação da comunidade local, e do Excelentíssimo Senhor Elias Dombroski, Presidente da Câmara Municipal de Rebouças.

Somamos o nosso apoio nesta solicitação, por sermos conhecedores dos reais benefícios que o Posto de Serviço trará, pois, além de atender os agricultores da região, poderá auxiliar os viajantes no caso de alguma emergência ocorrida neste trajeto.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 1547

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Fernandes Dias, Presidente da TELEPAR S/A, solicitando a implantação de Posto Telefônico (Cabina Telefônica), no Município de Rebouças.

Trata-se do Excelentíssimo Senhor Elias Dombroski, Presidente da Câmara Municipal de Rebouças, ao qual somamos o nosso apoio, devido a necessidade de prestação deste serviço



da TELEPAR, para as pessoas que não possuem um terminal telefônico próprio.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1548

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, solicitando o encaminhamento, dentro de 30 dias, da relação dos Projetos de Prestação de Serviços realizados pela UEM, UEL, UEPG e UNIOESTE, até o 1º semestre de 1997, e a contrapartida de recursos que estes projetos resultaram para as Universidades.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 1549

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Olympio de Sá Sotto Maior, Procurador Geral da Justiça, solicitando cópia de inteiro teor do processo sobre a morte do bancário Wlademir Alves da Silva, no dia 15 de outubro de 1996, na Cidade de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 1550

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Carlos Afonso Teixeira de Carvalho, Presidente da SANEPAR, solicitando averiguar a possibilidade de perfuração de um poço artesiano na localidade de Água Comprida II, Município de São João do Triunfo.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

É de fundamental importância a execução da obra em questão, pois visa atender mais de 40 (quarenta) famílias com água tratada e resolver

o problema da escassez em época de estiagem.

REQUERIMENTO Nº 1562

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido do douto Plenário, envio de expediente ao Delegado Regional do Trabalho no Estado do Paraná e ao Subdelegado Regional do Trabalho em Ponta Grossa, solicitando a possibilidade de agilizar a expedição de carteiras de trabalho em Ponta Grossa.

A centralização de expedição das novas carteiras de trabalho na Capital paranaense está fazendo com que o trabalhador ponta-grossense espere 60 dias para obter o referido documento. Acontece que muitas empresas admitem funcionários somente a partir do momento que o mesmo encontra-se com a carteira de trabalho em mãos, isto não ocorrendo, normalmente o desempregado perde a oferta de emprego.

As filas para obtenção desse documento em Ponta Grossa já não existem mais, a única dificuldade é a demora na expedição.

O novo modelo de carteira de trabalho com certeza é benéfico no sentido de evitar fraudes e falsificações, ocorre que a centralização em Curitiba está provocando transtornos, então, é necessário investimentos na Delegacia Central da Capital ou a descentralização com a capacitação das Delegacias Regionais para atender a demanda em tempo hábil.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1566

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Henrique Chesnau Lens Cesar, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando a construção da sede própria do Fórum da Comarca de Icaraima.

A população de Icaraima está reivindicando há muito tempo a construção da sede própria do Fórum, cuja obra contribuirá efetivamente para o processo de desenvolvimento da cidade.



de, notadamente no que se refere às atividades do poder judiciário.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado ao Senhor Osni Lankowsky dos Santos, Digníssimo Prefeito Municipal (Av. H. Vissoto, 810); ao Vereador Carlos Alberto Gabiato, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Av. H. Vissoto, 810) CEP 87530-000.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1567

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Hermas Brandão, Mui Digno Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a destinação de tratores e equipamentos para a formação de Patrulha Rural, no Município de São Jorge do Patrocínio.

A reivindicação em questão objetiva proporcionar aos pequenos produtores rurais, através do município, meios de realizar o trabalho com maior eficiência no que se refere à preparação do solo, possibilitando assim, melhorias no resultado final do plantio.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Cláudio Palozi, Digníssimo Prefeito Municipal (R. Mal. Cândido Rondon, 164); ao Vereador Valdecir Secundo de Melo, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Av. D. Manoel, s/n) CEP 87555-000.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1568

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Hermas Brandão, Mui Digno Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a destinação de tratores e equipamentos para a formação de Patrulha Rural, no Município de Rondon.

A reivindicação em questão objetiva proporcionar aos pequenos produtores rurais, através do município, meios de realizar o trabalho com maior eficiência no que se refere à pre-

paração do solo, possibilitando assim, melhorias no resultado final do plantio.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Augusto Mossambani, Digníssimo Prefeito Municipal (Praça Mal. Rondon, 337); ao Vereador Nivaldo Cogo, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Praça Mal. Rondon, 337) CEP 87800-000.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1569

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Hermas Brandão, Mui Digno Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a destinação de tratores e equipamentos para a formação de Patrulha Rural, no Município de Pérola.

A reivindicação em questão objetiva proporcionar aos pequenos produtores rurais, através do município, meios de realizar o trabalho com maior eficiência no que se refere à preparação do solo, possibilitando assim, melhorias no resultado final do plantio.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Valdecir Cândido da Silva, Digníssimo Prefeito Municipal (Rua Rosário, 202); ao Vereador Wilson José L. Stefania, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Av. Da P. Byington, s/n) CEP 87540-000.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1570

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Hermas Brandão, Mui Digno Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a destinação de tratores e equipamentos para a formação de Patrulha Rural, no Município de Xambrê.

A reivindicação em questão objetiva proporcionar aos pequenos produtores rurais, através do município, meios de realizar o trabalho com maior eficiência no que se refere à pre-

paração do solo, possibilitando assim, melhorias no resultado final do plantio.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Décio Jardim, Digníssimo Prefeito Municipal (Praça Des. A. F. Costa, 236); ao Vereador Jaime dos Santos Oliveira, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (R. A. J. Byington, s/n) CEP 87535-000.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1571

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Hermas Brandão, Mui Digno Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a destinação de tratores e equipamentos para a formação de Patrulha Rural, no Município de Umuarama.

A reivindicação em questão objetiva proporcionar aos pequenos produtores rurais, através do município, meios de realizar o trabalho com maior eficiência no que se refere à preparação do solo, possibilitando assim, melhorias no resultado final do plantio.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Fernando Scana-vaca, Digníssimo Prefeito Municipal (Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130); ao Vereador Arnaldo Rodrigues da Silva, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Av. Maringá, 4863 - CEP 87502-080).

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1572

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Hermas Brandão, Mui Digno Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a destinação de tratores e equipamentos para a formação de Patrulha Rural, no Município de Tapira.

A reivindicação em questão objetiva proporcionar aos pequenos produtores rurais, através do município,

meios de realizar o trabalho com maior eficiência no que se refere à preparação do solo, possibilitando assim, melhorias no resultado final do plantio.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Vagner Batista de Souza, Digníssimo Prefeito Municipal (R. Paranaguá, s/n); ao Vereador Gentil Berozzo Correa, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Rua Paranaguá, 518) CEP 87830-000.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1573

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Hermas Brandão, Mui Digno Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a destinação de tratores e equipamentos para a formação de Patrulha Rural, no Município de Alto Piquiri.

A reivindicação em questão objetiva proporcionar aos pequenos produtores rurais, através do município, meios de realizar o trabalho com maior eficiência no que se refere à preparação do solo, possibilitando assim, melhorias no resultado final do plantio.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Francisco Ferreira de Souza, Digníssimo Prefeito Municipal (R. Santos Dumont, 315); ao Vereador Venino da Silva Moura Filho, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Rua Santos Dumont, 317) CEP 87580-000.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1576

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Hermas Eurides Brandão, Secretário de Estado da Agricultura, afim de que seja feito um estudo em conjunto, pela EMATER, Secretaria de Estado da Agricultura e Prefeituras Municipais, para que seja levantado o número exato de ovelhas

infectadas e que foram vendidas aos agricultores de nosso Estado.

Tal levantamento é para que o Governo isente o pagamento das ovelhas que morreram por estarem infectadas.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### JUSTIFICATIVA:

A finalidade do presente é que a Secretaria de Estado da Agricultura, faça um levantamento das ovelhas que morreram provenientes do Programa de Distribuição de Ovelhas a agricultores do Paraná, que tal levantamento seja feito em conjunto com a EMATER e Secretaria Municipal de Agricultura dos municípios. Tal levantamento justifica-se para que seja feito um trabalho junto ao Governo do Estado para a isenção de pagamento das ovelhas que morreram.

Vale ressaltar que cada agricultor deverá pronunciar-se por escrito, onde irá expor a impossibilidade e pagamento por ter adquirido ovelhas infectadas, o número de animais mortos e fazer constar também o número do contrato que foi por ele assinado quando adquiriu estes animais infectados, que foram vendidos pelo Governo do Estado.

Neste sentido, contamos com os demais Pares para a aprovação do presente Requerimento, fazendo com que assim os agricultores do Estado do Paraná possam receber tal benefício.

#### REQUERIMENTO Nº 1582

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM seja oficiado o Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações:

1. Qual o montante a receber que o Governo do Estado do Paraná possui referente a dívida de ICMS?
2. Lista completa dos devedores de ICMS e respectivos valores.

O presente Requerimento justifica-se pela necessidade de saber-se qual será o valor da dívida que se pretende anistiar em projeto tramitando na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(aa) PÉRICLES MELLO  
IRINEU COLOMBO

EMERSON NERONE  
DOUTOR ROSINHA  
ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 1583

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM seja oficiado o Secretário de Estado da Educação, Senhor Ramiro Wahrhaftig, solicitando as seguintes informações:

1. Quais os critérios utilizados para a classificação da empresa Luna Associados Consultores S/C Ltda.?
2. Quantos professores serão atingidos pelos seminários a serem realizados?
3. Qual é o valor total do contrato realizado com a empresa Luna Associados Consultores S/C Ltda.?
4. Qual o programa a ser desenvolvido pela empresa contratada?

O referido Requerimento justifica-se pela necessidade de sabermos de que forma estão sendo investidos os recursos na educação e qual a relação custo/benefício destes investimentos, haja vista a propalada falta de recursos para a educação no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(aa) PÉRICLES MELLO  
IRINEU COLOMBO  
EMERSON NERONE  
DOUTOR ROSINHA  
ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 1564

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito na Ata dos Trabalhos de hoje, a coluna "Resenha Legal", veiculada no jornal "Diário da Manhã" do dia 22 do corrente mês, e ao mesmo tempo conceder voto de congratulações ao advogado e professor José Jairo Baluta, coordenador do artigo a ser transcrito.

O artigo intitulado "Fuga de Presos: O Verdadeiro Culpado não será Processado", refere-se a fuga em massa ocorrida no presídio de Ponta Grossa, onde houve a morte de um policial e de alguns detentos durante o processo de recaptura.

Requer ainda que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Senhor José Jairo Baluta, sito à Rua Cel. Dulcídio, 983, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15.06.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

**Projeto de Resolução:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 015/97

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de São Mateus do Sudoeste, com sede na localidade de Alto São Mateus, a ser desmembrado dos Municípios de Marmeleiro e Renascença, com os limites, divisas e confrontações a seguir:

**Com o Município de Marmeleiro:**

Inicia no encontro do Rio Verde com a estrada Rio da Várzea - Km. 18/Km. 15; segue por esta até encontrar a estrada Km. 15/Linha Bom Jesus; segue por esta até encontrar o Arroio natal; desce por este até sua foz no Rio Lambari; desce por este até sua foz no Rio Marmeleiro.

**Com o Município de Renascença:**

Inicia na foz do Rio Lambari no Rio Marmeleiro; sobe por este até a foz do Arroio Cerca Piá; sobe por este até encontrar a estrada Linha São Paulo/Antonio Lopes; segue por esta até encontrar a estrada Antonio Lopes/Fazenda Velha; segue por esta até encontrar a estrada Campo Erê/Campo da Várzea; segue por esta até encontrar o Arroio Crispim; sobe por este até sua cabeceira no limite interestadual Paraná/Santa Catarina.

**Com o Estado de Santa Catarina:**

Inicia na cabeceira do Arroio Crispim; deste ponto segue pelo limite interestadual Paraná/Santa Catarina até encontrara a divisa dos lotes 73 e 72 com o lote 179 da Gleba 08 NP.

**Com o Município de Flor da Serra do Sul:**

Inicia no encontro da divisa interestadual Paraná/Santa Catarina na

divisa dos lotes 73 e 72 com o lote 179 da Gleba 08 NP; segue por esta divisa até encontrar o Lajeado Angico; desce por este até sua foz no Rio São Roque; desce por este até sua foz no Rio Verde; desce por este até encontrar a estrada Rio da Várzea-Km. 18/Km. 15.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

**Projetos de Lei:**

PROJETO DE LEI Nº 304/97

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Fraternal Anjo da Guarda, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) ANIBAL KHURY

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade, que pretende declarar de Utilidade Pública, através da presente proposição, foi fundada em 24 de novembro de 1994. A Associação Fraternal Anjo da Guarda tem por finalidade atender crianças de até 6 anos de idade, em regime de creche, preparando-as física, mental e moralmente para uma vida em comunidade.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do projeto de lei em tela.

PROJETO DE LEI Nº 305/97

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a parcelar em até 12 (doze) meses, os IPVA's que estão em atraso no Estado do Paraná, até a publicação da presente lei, bem como a anistiar as multas e juros destes débitos.

# 1º - O não pagamento de quaisquer parcelas nos prazos fixados, importará na imediata exigência do saldo do IPVA, prevalecendo os benefícios desta lei apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas.

# 2º - O disposto nesta lei não enseja a restituição ou compensação do IPVA ou de parcelas que tenham sido pagas.

# 3º - Competirá ao DETRAN e a Secretaria da Fazenda, deixar a disposição do proprietário de veículo automotor, o demonstrativo do débito e do parcelamento e ao BANESTADO S/A a quitação das parcelas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

A presente lei tem como objetivo maior sanar um aspecto sócio-econômico de gravidade em nosso Estado. Há inúmeros veículos que estão com seu IPVA em atraso, não por relapso ou por esquecimento, mas por pura falta de condições financeiras de seus proprietários para quitá-lo. E hoje o veículo não é luxo, mas uma forma de sobrevivência.

Assim como foi concedido benefícios aos comerciantes de crédito tributário (ICMS) em atraso, da mesma forma é possível beneficiar também os proprietários de veículos automotores que encontram-se na inadimplência.

PROJETO DE LEI Nº 306/97

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Rolândia - ADEFIR, com sede e foro na Cidade de Rolândia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Como bem esclarece o relatório de atividades anexo ao presente, as ações desenvolvidas pela ADEFIR estão voltadas à Educação Especial. Os recursos para sua manutenção são arrecadados com promoções junto à comunidade local, e há que se ressaltar que para se habilitar aos benefícios de isenção de impostos assegurados pela legislação, e aos repasses de órgãos públicos municipais, estaduais, federais, há necessidade da Lei de Utilidade Pública.

Portanto, por entender como justo e para atender ao que acima expus, conto com a aprovação da presente lei.

PROJETO DE LEI Nº 307/97

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica reconhecida oficialmente, pelo Estado do Paraná, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e outros recursos de expressão a ela associados, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente.

Parágrafo Único - Compreende-se como Língua Brasileira de Sinais o meio de comunicação de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, oriunda de comunidades de pessoas surdas. É a forma de expressão do surdo e a sua língua natural.

Art. 2º - Fica assegurada a implantação da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, como língua oficial utilizada pelos profissionais da rede escolar de ensino estadual para a educação dos deficientes auditivos.

Art. 3º - Cabe ao Estado, através da Secretaria de Estado da Educação, garantir o acesso à educação bilíngüe (LIBRAS e Língua Portuguesa), a todos os alunos portadores de deficiência auditiva.

Art. 4º - Fica incluída a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, no currículo da rede pública estadual de ensino e dos cursos de magistério de formação superior nas áreas das ciências humanas, médicas e educacionais e das instituições de atendimen-

to ao aluno portador de deficiência auditiva.

Art. 5º - A Administração Pública, direta e indireta, assegurará em repartições públicas estaduais e municipais, bem como em estabelecimentos bancários e hospitalares, o atendimento aos surdos, na Língua Brasileira de Sinais, utilizando profissionais intérpretes da língua de sinais.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) EMERSON NERONE

#### JUSTIFICATIVA:

A língua de sinais constitui fator de identidade cultural dos surdos e se converte no meio idóneo para exercitar o direito à informação que toda pessoa possui.

A Constituição Federal garante a todos o direito à informação (art. 7º, XIV) e este projeto de lei visa dar aplicabilidade ao disposto constitucionalmente, no âmbito do Estado do Paraná.

*"Se não tivéssemos voz nem língua, mas apesar disso desejássemos manifestar coisas uns para os outros, não deveríamos, como as pessoas que hoje são mudas, nos empenhar em indicar o significado pelas mãos, cabeças e outras partes do corpo?" (Sócrates)*

Uma língua define-se como um sistema abstrato de regras gramaticais, além de constituir-se em um dos veículos mais expressivos da comunicação e da interação entre pessoas do mesmo grupo. Um instrumento intrínseco à transmissão e intercâmbio de idéias e de sentimentos. É considerada a língua natural quando própria de uma comunidade de falantes que a tem como meio de comunicação, podendo ser naturalmente adquirida como língua materna.

As línguas de sinais são sistemas abstratos de regras gramaticais, naturais às comunidades de indivíduos surdos dos países que as utilizam. Como todas as línguas orais, não são universais, isto é, cada comunidade linguística tem a sua própria.

A estimativa do número de surdos no Brasil é de dois milhões e meio de pessoas, o que representa 1,5% (um e

meio por cento) da população em geral, segundo dados fornecidos pela Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) e que se baseia nas estimativas da Organização Mundial de Saúde. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não realiza censo de pessoas portadoras de deficiência, apesar de estar assim determinado no artigo 17 da Lei nº 7.853/89. O número de portadores de deficiência auditiva pode ser bem maior, pois aqui ainda não existe uma pesquisa para avaliar, com precisão, quantos surdos há no Brasil. Nos países desenvolvidos, a quantidade de surdos varia de 5 (cinco) a 10% (dez por cento) da população em geral.

Mas ser uma pessoa surda não equivale dizer que esta faça parte da comunidade e cultura surda, porque sendo a maioria dos surdos filhos de pais ouvintes (cerca de 95%), muitos destes não aprender a Língua Brasileira de Sinais e não conhecem as associações de surdos.

Os termos "mudo" ou "surdo-mudo" são incorretos, pois, geralmente, o que existe é a dificuldade de falar em decorrência da falta de audição. O antigo termo "surdo-mudo" referia-se a uma suposta incapacidade das pessoas, que nasciam surdas, de falar, de se expressar. Claro que elas são perfeitamente capazes de falar, porque possuem o mesmo aparelho para a fala que as outras pessoas têm. Carecem, isto sim, da capacidade de ouvir a própria fala e assim controlar seu som pelo ouvido. Sua fala, portanto, pode ser normal na amplitude e tomo, com muitas consoantes e outros sons da fala omitidos, às vezes ao ponto de se tornarem ininteligíveis.

Como alguns surdos não podem controlar sua fala pelo ouvido, precisam aprender a monitorá-la por outros sentidos: pela visão, pelo tato, vibração e cinestesia. Além disso, o surdo pré-lingual não tem imagem auditiva, nenhuma idéia da maneira como a fala realmente soa, nenhuma idéia de uma correspondência entre som e significado. O que é essencialmente um fenômeno auditivo, deve ser apreendido e controlado por meios de recursos tecnológicos como: aparelho de amplificação sonora individual e o implante coclear. É o que apresenta

grandes dificuldades porque nem todo surdo poderá ser beneficiado com o implante coclear ou aparelho de amplificação sonora individual, o que pode exigir milhares de horas de treinamento individual para alcançar um bom desempenho na comunicação.

É por isso que as vozes dos surdos pré-linguais e pós-linguais são geralmente tão diferentes e distinguíveis: o surdo pós-lingual lembra como falar, embora não possa mais monitorar sua voz. Já o surdo pré-lingual deve ser ensinado a falar, com a ajuda de recursos tecnológicos acima citados.

As Comunidades Surdas do Brasil vêm lutando para serem respeitadas enquanto minoria lingüística, já que possuem uma língua própria, a Língua Brasileira de Sinais, além de muitos surdos destas comunidades saberem, também, a língua portuguesa. Portanto, são comunidades bilíngües.

O uso do termo bilingüismo se utiliza, em primeiro lugar, para desenvolver adequadamente a situação lingüística das pessoas surdas que, por parte utilizam a linguagem dos sinais como a primeira língua e, por outra parte, a linguagem falada como meio de comunicação com as pessoas ouvintes. Trata-se de um tipo de bilingüismo consecutivo, onde a aprendizagem da comunicação oral segue necessariamente a aquisição da comunicação por sinais.

Os surdos têm uma língua própria e, através dela, desenvolveram sua própria cultura. Devido à estrutura e visão da sociedade, os surdos não têm oportunidades iguais.

Os surdos sempre sofreram e continuarão a sofrer a segregação e o isolamento. Podemos imaginar uma situação diferente? Se ao menos existisse um mundo em que ser surdo não importasse e em que todos os surdos pudessem desfrutar a plena realização e integração! Um mundo em que não seriam sequer encarados como "deficientes".

"Não poderia haver, em algum canto do mundo, uma sociedade inteira de surdos? Pois então? Pensaríamos que esses indivíduos eram inferiores, que não eram inteligentes e careciam de comunicação? Sem dúvida, teriam uma linguagem de sinais, talvez uma linguagem ainda mais rica do que a

nossa. Essa linguagem pelo menos não seria ambígua, sempre daria uma descrição acurada das propensões da mente. Sendo assim, por que essas pessoas não seriam civilizadas? Por que não teriam leis, governo e uma polícia menos duvidosos do que nossas instituições?" (Vendo Vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos, de Oliver Sacks).

Ademais, a presente proposição estará em sintonia com a Constituição Federal, que garante igualdade de oportunidades e condições nos seguintes artigos, entre outros:

"Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza;

Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino."

"A linguagem (de sinais) que usamos entre nós, sendo uma imagem fiel do objeto expresso, é particularmente apropriada para fazer nossas idéias acuradas e para ampliar a nossa compreensão, levando-nos a formar o hábito da constante observação e análise. É uma linguagem vigorosa: transmite sentimento e desenvolve a imaginação. Nenhuma outra linguagem é mais apropriada para transmitir grandes e intensas emoções."

Com o projeto de lei ora apresentado, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, os Surdos do Paraná terão sua língua e cultura reconhecidos, e não serão mais considerados apenas deficientes auditivos. Querem ser cidadãos que lutam por uma política educacional compatível com suas necessidades, para uma plena integração no mundo dos ouvintes. Sua aprovação significa o reconhecimento do direito de cidadania das pessoas surdas paranaenses.

PROJETO DE LEI Nº 308/97



A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - As mensagens de publicidade de atos, programas, serviços e campanhas da administração direta, indireta e fundacional do Estado do Paraná, veiculadas na televisão, terão tradução simultânea para a linguagem brasileira de sinais e serão apresentadas com legendas para os portadores de deficiência auditiva.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) EMERSON NERONE

JUSTIFICATIVA:

A cidadania é direito de todos os brasileiros, assegurado pelo Constituição Federal. Não se concebe, portanto, que um segmento da população possa deixar de exercê-lo em sua plenitude.

Mas, apesar da inequívoca garantia constitucional, alguns segmentos populacionais, como os portadores de deficiência auditiva, não têm como exercer esse direito integralmente. Um dos obstáculos a esse exercício é a falta de informação, pois as mensagens são veiculadas pela televisão, inclusive aquelas produzidas sob a responsabilidade do Estado do Paraná, continuam inacessíveis aos portadores de deficiência auditiva.

Este projeto de lei, ao determinar a tradução das mensagens publicitárias para a linguagem dos sinais e para o sistema de legenda (para o deficiente auditivo que não é familiarizado com a linguagem), desfaz essa inacessibilidade e quebra a barreira existente entre a esfera pública e os deficientes auditivos.

Podendo informar-se correta e quotidianamente sobre as iniciativas do Estado, os portadores de deficiência auditiva terão condições de formar opinião e se sentirão estimulados a sair de sua secular marginalização e a participar da vida do Estado em todas as suas manifestações.

Por ser este um projeto de lei justo, que contempla significativo número de paranaenses e tem por objetivo promover a inclusão social dos

mesmos, conto com o apoio desta nobre Casa para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 309/97

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação da Creche Municipal Maria José Vasconcelos, com sede e foro no Distrito de Maristela, Município de Alto Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A Associação da Creche Municipal Maria José Vasconcelos, foi fundada no Distrito de Maristela, Município de Alto Paraná, com objetivo de atender as crianças carentes, fornecendo alimentação adequada, assegurando prioritariamente a educação básica e ensino especial se necessário for e principalmente dando condições para seus familiares de trabalharem para ajudar no sustento.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 310/97

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto El Shaday de Desenvolvimento Social - ISEDES, com sede e foro na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Instituto El Shaday de Desenvolvimento Social, que ora pretendemos seja declarado de Utilidade Pública, foi instituído no dia 11 de dezembro de 1995, com a finalidade de desenvolver programas voltados às áreas de assistência social, educacional e cultural, visando o desenvol-

vimento integral do ser humano. A entidade está registrada no livro de pessoa jurídica, sob nº 1.053, fls. 45, do livro AN/2, Cartório de Registro de Títulos e Documentos, da Comarca de São José dos Pinhais, PR, e inscrita no CGC/MF sob nº 00.967.080/0001-59, estando em pleno e regular funcionamento em atendimento aos seus objetivos.

A Instituição, visando atender sua política e filosofia de ação, mantém estreito relacionamento com diversas instituições públicas e privadas, no desenvolvimento de programas e projetos, especialmente na área de assistência social, com vista o atendimento das pessoas carentes, daquela comunidade.

Como todos sabemos, que não há justiça sem lei, portanto, o mínimo que poderíamos fazer para ajudar na solução dos enormes problemas que aflige tão de perto as classes menos favorecidas, seria propor a esta conceituada Casa de Leis, a aprovação do presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 311/97

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Torna-se obrigatório o uso de "olho de gato" na parte traseira de veículos de tração animal e máquinas agrícolas, quando em trânsito nas estradas estaduais e vias vicinais.

Art. 2º - Caberá ao Poder Executivo, através da Secretaria de Estado dos Transportes, a regulamentação da presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da data da publicação desta.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

É de notório conhecimento o fato de sérios acidentes nas estradas e vias vicinais no Estado, de máquinas agrícolas e carroças, principalmente ao escurecer do dia, pela dificuldade de visão longínqua. Quando o motorista consegue visualizar estes veículos

de tração animal e máquinas agrícolas, na maioria das vezes, o inevitável já está para ocorrer, levando a perdas materiais, morte do animal, ferimentos graves em seu condutor e até mesmo à morte deste.

Cabe ao Estado implantar política de educação para a segurança do trânsito, com o fim de educar o cidadão e mesmo conscientizá-lo do perigo de risco de vida a que está sujeito nestas ocasiões. Com a implantação do uso obrigatório do "olho de gato" na parte traseira destas carroças e máquinas agrícolas nas estradas e vias vicinais no Estado, visa-se proteger vidas e mesmo evitar este tipo de acidente, pois o olho do gato é visto à longa distância e servirá de alerta ao motorista de veículo motorizado.

#### PROJETO DE LEI Nº 312/97

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Desafio Jovem Canaã, com sede e foro na Cidade de Umuarama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede na Av. Liberdade, s/n, Jardim Panorama (Salão Paroquial), na Cidade de Umuarama, constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, sem distinção de sexo, raça, cor, nacionalidade, política ou outra natureza.

A Associação Desafio Jovem Canaã, tem por finalidade a recuperação e ressocialização de toxicodependentes e alcoolistas. Procura atingir também as famílias dos que passam pela casa de recuperação para que assumam a sua parte de responsabilidade e de apoio na reconstrução da vida de seus membros no processo de reintegração sócio-familiar.

As atividades desenvolvidas pela Associação se concentram principal-

mentê no centro de convivência com realização de cursos, palestras e encontros; atendimento ao adolescente com orientação bio-psico-social, grupos terapêuticos, casa lar para moradia temporária ou definitiva de jovens de 12 a 18 anos; centro de apoio a dependentes de substâncias químicas; atendimento na área educacional com orientação vocacional, encaminhamento à Escola Formal e cursos extracurriculares, orientação e apoio sócio-familiar; atendimento nas áreas de: trabalho, clínico, esporte, lazer e cultura.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

#### PROJETO DE LEI Nº 313/97

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa de Voluntariado Paranaense - Ação Social de Vera Cruz do Oeste, com sede e foro no Município de Vera Cruz do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.97.

(a) EDGAR BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

O PROVOPAR tem como função a nobre tarefa da proteção e assistência às famílias e pessoas necessitadas do município.

Proporciona também a recreação e educação de crianças, desenvolvimento de projetos assistenciais e a participação nos programas desenvolvidos pelo PROVOPAR Estadual.

Atua na proteção, tratamento e educação de crianças e no atendimento de pessoas carentes.

É pela nobreza das atividades exercidas pelo PROVOPAR de Vera Cruz do Oeste que solicito anos nobres Pa-

res a aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente Anibal Khury, Senhores Deputados.

Hoje subo a esta tribuna com a maior alegria e satisfação de ver um projeto apoiado pelos Senhores Deputados e pelo Presidente Anibal Khury, um projeto que criou Campo Mourão como a "Capital da Indústria de Alimentos".

Senhor Presidente, fiz um convite pessoalmente a Vossa Excelência, para que Vossa Excelência, juntamente com o Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, na dia a Campo Mourão amanhã - quando chegará no aeroporto às 16:00 horas - para lá sancionar este projeto, Senhor Presidente - do pólo da indústria de alimentos - que vai proporcionar o desenvolvimento da nossa região, uma região rica, uma região que tudo o que se planta produz, para transformarmos esses produtos em matérias primas, onde vão gerar empregos, distribuição de renda e com isto o fortalecimento do Estado do Paraná na área da industrialização, que é o plano do Governador Jaime Lerner.

Senhor Presidente, aprovado este projeto, sancionado pelo Governo do Paraná, quando entramos com este Requerimento assegurando para Campo Mourão, Senhor Deputado Edno Guimarães, o pólo de indústria de alimentos - hoje posso aqui, nesta tribuna, dizer aos senhores do meu contentamento e do contentamento da nossa região por este projeto. O Governador estará indo também amanhã na Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão, para assinar o segundo curso do Brasil - temos um em São Carlos, no Estado de São Paulo e o outro vai ser em Campo Mourão - que é o curso de Produção de Engenharia Agro-industrial.

Então, foi uma vitória nossa, uma vitória também dos Senhores Deputados, do Senhor Presidente, onde esse curso vai beneficiar - e esse pólo da indústria de alimentos também

- 32 municípios da região centro-oeste do Estado do Paraná.

Senhores Deputados, faço aqui um convite a Vossas Excelências, para que participem amanhã também de assuntos importantes na nossa região, Deputado Alborghetti, o Governador Jaime Lerner vai assinar vários convênios com os municípios da região, convênios com Campo Mourão - que a vida inteira foram prometidos e que não saíram e que agora as coisas estão saindo do papel e estão se tornando verdadeiras.

Vamos fazer uma prestação de contas do Governo Jaime Lerner na região da CONCAM, Alborghetti, Edno Guimarães, e dizer o seguinte: foram investidos em Campo Mourão, na região, nos dois anos de Governo Jaime Lerner, quase 50 milhões de reais em todos os programas do Governo. São programas do "Paraná Urbano", são programas na área da educação e recursos da FUNDEPAR, na ordem de oito milhões de reais, na nossa região. São adequações de estradas, são programas da Secretaria da Criança, são programas da Secretaria da Agricultura, do Secretário Hermas Brandão.

Isso seria uma alegria muito grande, Deputado Romanelli: a presença dos Senhores Deputados para ver este evento em Campo Mourão, que vai mostrar o que o Governo Jaime Lerner fez na nossa região: quase cinquenta milhões de reais! Isto será na quinta-feira; na sexta-feira estaremos inaugurando obras no Município de Quinta do Sol; uma Vila Rural em Fênix; estaremos inaugurando obras no Município de Mamboré, que é a "Casa Feliz"; estaremos inaugurando obras no Município de Roncador - uma escola do Banco Mundial de 1450 metros -; estaremos em Altamira do Paraná, inaugurando também a Vila Rural; em Campina da Lagoa, a "Casa Feliz". E, encerrando, o Governador, na sexta-feira estará no Município de Ubiratã, para ali também inaugurar mais 44 unidades da Vila Rural.

Portanto, Senhor Presidente Anibal Khury e Senhores Deputados, seria uma satisfação muito grande a presença dos senhores neste evento e, acima de tudo, ver os projetos fantásticos do Governo Jaime Lerner, que tem atuado em todos os municípios do Estado do Paraná.

Eu aqui, posso testemunhar, de viva-voz, os investimentos do Governo Jaime Lerner na região de Campo Mourão.

Era esse o meu pronunciamento, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, entrando com algumas emendas ao projeto que será votado na sessão de hoje, do Deputado Joel Coimbra, que trata da prestação de serviços realizados por servidores das Universidades Estaduais do Paraná.

Existe uma lei regulamentando a prestação de serviços, a Lei nº 11.550, de 05.08.96, que diz que cada contrato que as instituições de ensino superior realizarem de prestação de serviços, poderá repassar 20% do valor da receita - no máximo - para ser pago em pró-labore aos professores, pesquisadores e servidores que participarem dos mesmos.

Há uma preocupação por parte dos pesquisadores, que contratos, às vezes, de pequeno valor, se reservar apenas 20% para pagar salário de professores, é muito pouco. Então, os professores preferem não fazer o projeto. Entendemos como correta esta posição. No entanto, não aceitamos a alternativa oferecida - com todo respeito que merece de todos nós - pelo Deputado Joel Coimbra. Ele simplesmente retira os 20%, não coloca nenhum limite, coloca apenas que cada servidor poderá receber, para prestar serviços para outras entidades, até 100% o valor do seu salário. Isso se conserta de um lado o problema da lei, e prejudica de outro. Podemos ter também projetos em que nada sobra para a universidade, e a universidade apenas prestaria serviço para pagar servidor, que já recebe da universidade.

Temos que encontrar um caminho de meio termo, e por isso apresentamos várias emendas. Conversei hoje de manhã com o Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, para que façamos um grande consenso nesta Casa, já que

o objetivo de todos os Deputados é beneficiar as universidades paranaenses, que passam por grandes dificuldades.

Entendemos o seguinte - este é o princípio que norteia a nossa legislação: o percentual deve sempre ficar para a universidade. Uma parte do dinheiro que a universidade arrecada para a prestação de serviços, deve ficar para ela se sustentar, se manter, já que ela passa por grande crise. Entendemos que 20% é um percentual muito pequeno a ser pago aos servidores, então mudamos de 20% para 60%, ou seja, cada contrato que a universidade fizer com outra instituição, ela pode pagar até 60% da receita - e não mais 20% - para os servidores. Mas sempre vai sobrar, de qualquer maneira, 40% da receita, para que a universidade use para manutenção: compra de equipamentos, material de laboratório, para melhorar a vida da universidade. Então, esta é a primeira emenda.

Segunda: temos que colocar um limitador para o salário do professor que faz prestação de serviço, para impedir que se desvirtue o objetivo básico da universidade, que é a produção do saber, fazer uma pesquisa desinteressada sobre uma ciência e tecnologia nova para nossa sociedade. Então, temos que dar um limitador, senão os professores podem preferir, ao invés de pesquisa básica, com bolsas da CNPQ, simplesmente prestarem serviços - porque ganham mais - e abandonar o sentido básico da universidade, que dá a vida à universidade. Por isso fizemos uma emenda, estabelecendo como teto máximo para pagamento da prestação de serviços, a bolsa do CNPQ, o equivalente à bolsa. Se o pesquisador, que faz pesquisas para a CNPQ, recebe uma bolsa no valor de R\$ 1.300,00 mensais, então aquele professor, que ao invés de fazer pesquisa, faz prestação de serviços vai poder receber, no máximo, além do seu salário, R\$ 1.300,00 por mês. Esse é o sentido básico da nossa emenda.

Além disso, reservamos 10% da receita da universidade em prestação de serviços, para ser pago, indistintamente, como salário de produtividade, ao final de cada ano, para todos os servidores, professores e funcio-

nário, porque entendemos que a pesquisa é uma coisa coletiva e todos os servidores devem ganhar. É uma emenda justa que vai beneficiar todos: 10% da receita irá, todos final de ano, como auxílio produtividade dos servidores.

E, em último lugar, fazemos uma emenda aqui que exige a transparência. Sempre defendemos a autonomia da universidade, mas ela só pode existir se existir democracia dentro dela, e a democracia só pode existir se existe transparência. Sentimos aqui a falta de transparência do Governo, temos criticado e a universidade tem que ser transparente! Então, nós exigimos, na lei, que todo contrato feito pela universidade paranaense, pública, com outras entidades, deve ser divulgado no Diário Oficial do Estado do Paraná, para que todos os servidores e professores saibam o que está acontecendo dentro da instituição.

Pedimos o apoio do Deputado Joel Coimbra, do Líder desta Casa e de todas as Bancadas desta Casa, porque achamos que, desta forma, este projeto vai interessar a todas as instituições de ensino superior do Paraná.

Concedo aparte ao Deputado Adur.

O Sr. Renato Adur - Primeiro, queria parabenizá-lo pela preocupação, em nome dos professores e da universidade. E além disso, queria sugerir a Vossa Excelência e ao Deputado Joel Coimbra, que estudasse a possibilidade e retirarmos este projeto da Ordem do Dia, por cinco ou dez sessões, para que pudéssemos discuti-lo melhor, talvez até voltasse à Comissão de Educação e lá, após uma ampla discussão, pudesse ser até - talvez - transformado em Substitutivo Geral, contemplando ambas as partes, e que pudesse voltar à Plenário de uma maneira mais tranquila para aprovação.

Submeto isso à apreciação da Presidência também.

Muito obrigado.

O SR. PÉRICLES MELLO - Agradeço, Deputado Renato Adur, e acho que o caminho apontado pelo senhor é o mais correto, o mais equilibrado. Mantemos a emenda como um caminho, um questionamento que colocamos em nome da Bancada de nosso Partido, para que a discussão se aprofunde. E também acho

que não podemos votar uma matéria tão importante tão rapidamente.

Então, retiramos o projeto. A emenda entra, o projeto sai. E pedimos ao Presidente que volte com o projeto em agosto, nas sessões ordinárias. Nesse meio tempo, a Comissão de Educação, presidida pelo Deputado Irineu Colombo - da qual faz parte o Deputado Renato Adur - aprofunda este debate no seio da comunidade acadêmica do Paraná.

Acho esta posição do Deputado Renato Adur muito importante e concordamos com ela.

O segundo assunto que nos traz à tribuna, é uma denúncia que recebemos - e a visita também - de alguns companheiros, na tarde de ontem, do Município de Pinhão. A associação das famílias de trabalhadores rurais de Pinhão traz, não só aos Deputados, ao Secretário de Segurança, ao Governo do Estado, sobre a violência que vem sendo cometida pelo Grupo Zattar, e o Deputado Nerone já, em outras vezes, colocou com muita profundidade essa grave questão que passa aquele município, contra os posseiros. São 600 famílias de posseiros em Pinhão, que após longo processo de negociação, esperam a regulamentação de suas terras através do INCRA, e de repente, sem que ninguém espere, a Indústria Zattar contrata pistoleiros, jagunços pagos por essa indústria, para aterrorizar os posseiros, que nada mais querem do que um pedaço de terra para viver com um mínimo de dignidade, para realizar o seu trabalho.

Esse documento que vai ser dirigido também à Promotora da Comarca de Pinhão, e depois será remetido à Secretaria de Segurança Pública, à Superintendência do INCRA, à Procuradoria Geral da Justiça, à Promotoria Pública do Município de Pinhão, Senhor Dirceu, Delegado de Polícia, Governador Jaime Lerner, Senhor Robson Marcos Bufim, Comandante do 16º Batalhão da Polícia Militar de Guarapuva, diz o seguinte: (Lê)

"A AFATRUPI - Associação das Famílias de Trabalhadores Rurais de Pinhão, entidade sem fins lucrativos, fundada em 19876, tem como principal objetivo promover a agricultura familiar baseada em princípios agroecológicos."

O trabalho da Associação prioriza o atendimento aos pequenos agricultores de Pinhão, onde se encontram os posseiros, também agricultores, os quais não possuem documento de suas posses, causa para grilagem de terras.

Por questão de princípios, a AFATRUPI inseriu a luta desses posseiros num contexto da entidade, e passou a atuar no sentido de organizar os posseiros, resistir os contratos de pagamentos e arrendos, bem como a violência sofrida, violência esta que causou queima de casas e muitas mortes. Nesse momento houve intervenção da Secretaria Estadual de Segurança Pública. A partir daí foram feitos levantamentos para o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, onde constatarem 600 famílias de posseiros em Pinhão. Após tomar conhecimento da causa, o INCRA fez o cadastramento dos mesmos. Em meio a essas negociações, os representantes das Indústrias Zattar repassaram 18640 hectares de terra para o INCRA desapropriar. A partir de constantes negociações com o INCRA, o qual se comprometeu na busca de uma solução para questão fundiária do Município de Pinhão, não havia mais indícios de violência.

Entretanto, nos últimos dias, os líderes dos grupos de posseiros estão sendo ameaçados e perseguidos constantemente pelos pistoleiros, que estão fechando as estradas de acesso às áreas de posse e amedrontando os agricultores, pois os posseiros que residem há mais de 30 anos nessas áreas, não estão tendo o devido sossego, causa tendenciosa ao conflito fundiário, sendo que o mandante das ameaças e perseguições é o Senhor Volmar, o qual gerencia as Indústrias Zattar.

Pedimos com urgência a intervenção da Secretaria de Segurança Pública, para a apreensão dos pistoleiros, que são eles: Alcindo Ferreira Guiceller, Jorge Palhano, Bento Faustino, Sebastião Ricardo Rodrigues, Davi Masur e seu filho Dari Masur, Alvaro Dias, Osvaldo Dias e Antonio Dias.

Queremos, dessa tribuna, em nome de nossa Bancada, solidarizar-nos aos posseiros de Pinhão, pedir providências imediatas à Secretaria de Segurança Pública, pedir também que a Comissão de Defesa dos Direitos Huma-

nos, instalada nesta Assembléia, com a Presidência do nobre Deputado Tavares, para que possamos tomar providências urgentes, nos dirigindo até aquele município. O Deputado Nerone conhece com profundidade este problema, já esteve lá várias vezes, e pode participar nessa luta, para que mais injustiças não sejam cometidas contra os posseiros de Pinhão.

**O Sr. Emerson Nerone** - Deputado Péricles Mello, é inacreditável que esse problema volte a tona, que a violência volte à Cidade de Pinhão! Para nós parecia uma questão tranqüila, na época em que a Assembléia Legislativa se manifestou, inclusive com uma Comissão presidida pelo Deputado Toti Colaço e formada pelos Deputados César Seleme, Deputado Miltinho Puppio e a minha pessoa.

Dirigimo-nos à Pinhão e fizemos uma ampla reunião com a Prefeitura, com a Câmara Municipal com a Promotoria, com o Juiz - o próprio Senhor Miguel Zattar estava presente a essa reunião - a AFATRUPI e os posseiros. E fizemos um amplo debate, onde a partir daquela reunião tiramos deliberações, inclusive com o INCRA se comprometendo a agilizar todo aquele processo de desapropriação, e o INCRA - como é próprio desse Governo - fez as promessas, fez a propaganda, fez toda a balbúrdia e não mais se manifestou com relação àquela Comissão.

Portanto, já temos uma Comissão formada - eu estava falando aqui com o Deputado Toti Colaço, que é inacreditável que esse assunto venha ainda manchar a imagem do Paraná, porque cria um constrangimento a um número muito grande de famílias. O grupo Zattar é um grupo complicadíssimo, o Senhor Miguel Zattar é um dos maiores devedores do BANESTADO, está tendo, inclusive, terras leiloadas para pagamento das suas dívidas. É um devedor de grande tempo de ICMS do Estado, ele tem uma dívida fantástica, é uma pessoa que tem uma autorização absolutamente irregular, para manter pistoleiros armados com armas de alto calibre. E, depois daquela reunião, onde sentamos com todas as pessoas envolvidas, na Câmara Municipal, nos parecia que seria um processo mais ágil de negociação, a partir da lei anterior.

Então, o primeiro ponto, Deputado Péricles: essa Comissão vai cobrar do INCRA um posicionamento direto, e a partir da reunião posteriormente - gostaria de pedir isso ao Deputado Toti Colaço, que preside aquela Comissão, que ainda está em vigor na Casa - a partir de uma reunião da Comissão com os Líderes dos Partidos onde Vossa Senhoria entraria, poderíamos propor que o próprio INCRA manifestasse, de forma imediata, as soluções prometidas naquela reunião; e na sequência, também um pedido dessa Comissão, ou de, quem sabe, da Casa, Deputado Anibal Khury, para que a Polícia Militar, a Polícia Civil, nos dê um posicionamento quanto às armas que são liberadas para os posseiros, para a guarda particular que é mantida pelo Senhor Miguel Zattar.

Na oportunidade, naquela reunião, tínhamos uma permissão para que um determinado número de homens andassem armados nas propriedades do Senhor Miguel Zattar, e na realidade, constatamos que era um número muito maior, caracterizando um grupo armado de fato, um grupo de repressão em uma terra que depende, para concluir o seu desenvolvimento, que essa questão Miguel Zattar e os posseiros seja resolvida.

Muito obrigado!

**O SR. PÉRICLES MELLO** - Obrigado, Deputado Nerone.

Sem dúvida nenhuma o senhor é um dos Deputados que mais conhece os problemas e o seu depoimento vem aprofundar as questões que estamos levantando, mostra a urgência para que o Estado do Paraná tome medidas para que impeça a violência em Pinhão.

Por último, Senhor Presidente, queria fazer um apelo: estão aqui no Plenarinho da Casa, reunidos, pesquisadores do Estado do Paraná, da Universidade Federal do Paraná, de Londrina, Maringá, Ponta Grossa, e não é possível que continuemos sem aprovar a regulamentação do Artigo 205 da Constituição do Estado do Paraná, que prevê o repasse de 2% para pesquisa básica, ciência e tecnologia. Não é possível que nós, Deputados paranaenses, fiquemos à mercê de conflitos entre a vice-Governadora do Estado e



o Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Acho que está na hora dos Deputados paranaenses resolverem de uma vez por todas essas questões, e não ficarmos mais dependendo de posições diversas de membros do Executivo! Não é mais possível! Há um ano atrás foi feito uma ampla negociação, realizamos na Comissão de Educação vários fóruns, fizemos o "Fórum Paranaense de Ciência e Tecnologia", fizemos vários acordos, várias audiências com o Secretário de Estado. Faz mais de um ano que está aí o projeto sem ser votado! Agora vi todo o esforço do Deputado Joel Coimbra para estabelecer nova negociação, e membros do Governo ficam em conflito, e todos os pesquisadores desse Estado ficam a ver navios e não conseguem regulamentar esse assunto tão importante!

Se queremos construir um Estado desenvolvido, um Estado que apareça nos cenários brasileiro e internacional, precisamos mais do que nunca colocar recursos para se desenvolver uma ciência e tecnologia próprias para os nossos pesquisadores, para as nossas universidades.

Por isso, faço um apelo aos Senhores Deputados e à Direção da Casa, que aproveemos de uma vez por todas o projeto regulamentando o Artigo 205 da Constituição do Estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Caio Quintana.

O SR. CAIO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Indiscutivelmente no Paraná temos um assunto que tem ganhado, sistematicamente, comentários, inclusive nesta Casa e na imprensa do Paraná. No interior, todas as vezes que se reúnem pessoas, o assunto "bloqueio de verbas no cenário federal para empréstimo no Paraná", entra em assunto.

O Governo do Paraná tem sistematicamente anunciado e dito pela imprensa, que foram prestadas todas as informações solicitadas pelo Senado da República e pela Comissão de Assuntos Econômicos e que, por influência política, para prejudicar o Estado do Paraná, os Senadores estão trancando as nossas verbas. Ora, Se-

nador tem, por obrigação - como nós, Parlamentares - temos de conhecer, avaliar e dar um parecer, de votar e assumir a responsabilidade sobre aquilo que votamos. Se o Senado da República tivesse cuidados constantes com a situação de cada Estado, de cada município, não teríamos CPI, não teríamos Estados quebrados e não teríamos, talvez, como aconteceu no dia de ontem, de o Senador aprovar três milhões de reais para o Estado do Rio de Janeiro, para sanar dívidas trabalhistas de um Banco que será vendido por 10% do valor do empréstimo que a Caixa Econômica tem nos prestado.

Pois bem, Senhor Presidente, veja bem, o Governo do Estado tem recebido pedido de apresentação de documentos para poder dar andamento no Senado da República, a Comissão de Assuntos Econômicos, dos empréstimos do Estado do Paraná.

Deputado Valdir Rossoni, a discussão travada aqui no Plenário, ou pela imprensa de Curitiba, é um desserviço à causa do andamento desses empréstimos. Essa questão tem que ser respondida na Comissão de Assuntos Econômicos e no Senado da República. O Banco Central, Deputado Rossoni, no dia 22 de maio de 97 encaminhou um ofício à Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, pedindo informações sobre irregularidade na situação dos balancetes mensais referentes a janeiro, fevereiro, março e abril de 97; as certidões do Tribunal; os demonstrativos, mostrando mês a mês os valores pagos, os valores históricos, para poder representar a capacidade de endividamento do Estado do Paraná. Além do contrato da Renault, que é um pedido - digamos - político, se assim quisermos interpretar, o governo tem, sistematicamente dito que apresentou todos esses documentos ao Banco Central e que por discriminação, o Estado do Paraná não é atendido na Comissão de Assuntos Econômicos.

Tem aqui uma carta do Banco Central, datada do dia 24.06.97, portanto de ontem, endereçada para o Senador José Serra, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. O que essa carta diz (Lê):

"BANCO CENTRAL DO BRASIL  
SECRE/SUPAR-97/1785  
Pt.9700740201

Curitiba, 24.06.97.

Senhor Senador,

Reportamo-nos ao ofício CAE/027/97, de 20.05.97, por meio do qual essa Comissão encaminha o Requerimento nº 07/97-CAE, de autoria do Exmo. Sr. Senador Gilberto Miranda, solicitando que o Banco Central do Brasil reexamine os pareceres oferecidos aos pedidos do Estado do Paraná para contratação de operações de crédito externo.

De ordem do Sr. Presidente deste Banco Central, informamos que foi remetido o expediente DEDIP/DIARE-97/242, de 22.05.97, em anexo, ao Ilmo. Sr. Secretário de Fazenda do Estado do Paraná, solicitando o envio de documentos para que se possa efetuar a reanálise das citadas operações. Até o momento, não recebemos resposta daquela Secretaria.

Atenciosamente,  
SECRETARIA PARA ASSUNTOS  
PARLAMENTARES

(a) SOLIMAR J. WICHROWSKI  
Chefe de Unidade, interino

Anexo: 1/1

A sua Excelência o Senhor

Senador José Serra

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Senado Federal - Ala Sen. Alexandre Costa - Sala 19

70160-900 - Brasília - DF

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, tanto quanto o Governo do Estado, tanto quanto o Deputado da Situação, nós, Deputados da Oposição, não temos o desejo de bloqueio de verbas para o Estado do Paraná. O Senado da República e os Senadores não têm desejo de bloquear as verbas ao Paraná, até porque nem podem fazê-lo. O Senador Requião, apontado tantas e tantas vezes, é suplente da Comissão dos Assuntos Econômicos e apenas fez um Requerimento aprovado por unanimidade daquela Casa.

Então pergunto: quem é que não está falando a verdade para a imprensa e para o povo do Paraná? Quem está faltando com a verdade para com o povo do Paraná? É o que pergunta, aliás, num ofício enviado no dia de

hoje, ao Governador do Estado do Paraná, o Senador Osmar Dias, mandando cópia desses documentos e perguntando ao Governador. E para que pare de acusar a Comissão de Assuntos Econômicos e faça a remessa dos documentos que há mais de um mês foi solicitado e até agora não foram apresentados. E diz o Senador Osmar Dias: "Continua aguardando que o Governador do nosso Estado cumpra a lei, fornecendo as informações solicitadas sem esconder nada do Banco Central, do Senado Federal e do povo do Paraná. E assim espero continuar trabalhando em favor do Estado, como sempre cumpri a minha obrigação."

É hora, portanto, de prestarmos esse esclarecimento, de somarmos forças - lá no Senado, onde a situação tem que ser resolvida. Não aqui, no nosso Estado, que serve, única e exclusivamente, para utilização política de um assunto que tem que ser resolvido economicamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CARLOS ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu, na verdade, me dei por satisfeito com as palavras do Deputado Caíto Quintana, mas não posso desperdiçar esse Horário da Liderança, embora vá tratar do mesmo assunto.

Queria que Vossas Excelências prestassem a maior atenção nos três Ofícios que vou ler aqui. O primeiro Ofício, do Banco Central, que é do Departamento da Dívida Pública - DEDIP, dirigido ao Secretário da Fazenda do Estado do Paraná.

(Lê):

"BANCO CENTRAL DO BRASIL  
DEDIP/DIARE-97/242

Brasília, 22.05.97.

Do: Departamento da Dívida Pública

Ao: Sr. Secretário de Fazenda do Estado do Paraná

Referimo-nos ao Ofício OF/CAE/027/97, de 20.05.97, por intermédio do qual a Comissão de Assun-

tos Econômicos - CAE nos solicita re-exame dos processos do Governo do Estado do Paraná para contratação de crédito externo, que foram iniciados, neste Banco Central, pelos ofícios: OF.GOV. 115/96, de 07.05.96, OF.GOV. 238/96, de 31.07.96 e OF.GOV. 340/96, de 21.10.96.

A propósito, para que possamos efetuar a reanálise das citadas operações, solicitamos que nos sejam enviados os seguintes documentos:

- a) Certificado de Regularidade de Situação - CRS, do FGTS;
- b) Balancetes mensais referentes a janeiro, fevereiro, março e abril/97;
- c) Certidão expedida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1996, comprovando o cumprimento do disposto nos art. 27, # 2º e art. 212 da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 82, de 27.03.95, assim como o pleno exercício da competência tributária conferida pela Constituição Federal (original ou cópia autenticada) - informamos que a Certidão relativa ao exercício de 1995 já se encontra em poder deste DEDIP;
- d) Demonstrativo informando, mês a mês, os valores pagos (valores históricos), e a pagar, a preços de abril/97, referentes à dívida contratual interna e externa, separadamente;
- e) Demonstrativos dos pagamentos a serem efetuados nos próximos exercícios, relativos à dívida contratual, interna e externa, a preços de abril/97.

Atenciosamente,

Departamento da Dívida Pública - DEDIP

Divisão de Análise, Registro e Acompanhamento da Dívida Pública - DIARE

(aa) SÉRGIO OCHIUTO  
Chefe de Subunidade  
CARLA PEREIRA HERRES  
Coordenadora"

Agora, Senhor Presidente, Senhores Deputados - veja, Deputado Annibelli - o Banco Central encaminha o seguinte Ofício ao Excelentíssimo Senhor Senador da República José Serra,

Presidente da Comissão dos Assuntos Econômicos (Lê):

"Senhor Senador,

Reportamo-nos ao ofício CAE/027/97, de 20.05.97, por meio do qual essa Comissão encaminha o Requerimento nº 07/97-CAE, de autoria do Exmo. Sr. Senador Gilberto Miranda, solicitando que o Banco Central do Brasil reexamine os pareceres oferecidos aos pedidos do Estado do Paraná para contratação de operações de crédito externo.

De ordem do Sr. Presidente deste Banco Central, informamos que foi remetido o expediente DEDIP/DIARE-97/242, de 22.05.97, em anexo, ao Ilmo. Sr. Secretário de Fazenda do Estado do Paraná, solicitando o envio de documentos para que se possa efetuar a reanálise das citadas operações. Até o momento, não recebemos resposta daquela Secretaria.

Atenciosamente,  
SECRETARIA PARA ASSUNTOS  
PARLAMENTARES

(a) SOLIMAR J. WICHROWSKI  
Chefe de Unidade, interino

Anexo: 1/1"

Ofício este datado, Deputado Valdir Rossoni, do dia 24 de junho, e veja bem Vossa Excelência, não estamos tratando aqui, neste ofício do Banco Central, que acabei de me referir, dos famosos protocolos da Renault, não são esses os protocolos que estão sendo pedidos aqui, é a situação econômica do Estado. Faz mais de um mês que isso não foi informado, Deputado Luiz Carlos Zuk, nosso nobre vice-Presidente desta Casa.

Agora, eu queria, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que Vossas Excelências prestassem atenção no Ofício que o nobre Senador da República Osmar Dias - que deveria, aqui nesta Casa, ter um porta-voz, que foi eleito com o apoio firme do Senador Osmar Dias, mas que infelizmente não exerce o papel, e venho aqui, na qualidade de membro do PMDB, fazer valer a voz do Senador Osmar Dias aqui nesta Casa - Ofício mandado no dia 25 de junho, portanto, hoje.

(Lê):

Senado Federal

Gabinete do Senador OSMAR DIAS

Brasília, 25.06.97.

Senhor Governador,

Para conhecimento de Vossa Excelência, encaminho cópia do Ofício SECRE/SUPAR/97 do Banco Central do Brasil, do dia 24 de junho de 1997, que informa ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, a ausência de resposta da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná ao Ofício DEDIP/DIARE-97 do Banco Central do Brasil, do dia 22 de maio de 1997, que solicita uma série de documentos para a reanálise dos processos.

Como Senador, representante do Paraná, e, relator dos processos que aguardam o cumprimento de diligências que são devidas pelo Governo do Paraná, entendo ser oportuno que Vossa Excelência coloque em primeiro plano a verdade dos fatos e os interesses dos paranaenses e não os seus interesses eleitorais e as versões que escondem a verdade.

Continuo aguardando que o Governador do nosso Estado cumpra a lei, fornecendo as informações solicitadas sem esconder nada do Banco Central, do Senado Federal e do povo do Paraná.

Espero que Vossa Excelência cumpra com a responsabilidade exigida não apenas por mim, mas pelo Banco Central e pelo Senado Federal.

Esteja certo que quando isto ocorrer, continuarei cumprindo a minha, como sempre fiz.

O Paraná merece a verdade.

(a) OSMAR DIAS

Senador

Exmº Sr.

Dr. JAIME LERNER

DD. Governador do Estado do Paraná  
Curitiba - PR"

Esta, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é a expressão do Senador da República Osmar Dias, que registro aqui nesta tarde. A expressão da verdade, de um governo que esconde os dados, não informa nem os pedidos que são cruciais do Banco Central, e que tem obrigação para que se possa contratar qualquer empréstimo.

Por isso é que vejo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que esse Governo tem mesmo razão em mudar o seu "slogan", que era: "Paraná, a transformação que a gente vê" - e que ninguém via nada - para "Paraná, transformação que a gente faz", porque abre um "baita" leque de possibilidades de poder fazer propaganda política.

Muito obrigado, Senhores Parlamentares, pela possibilidade de poder usar esta tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Honorário das Lideranças.

PDT. PSDB. PFL. PT. PTB.

(Todas declinam).

Liderança do Governo.

Com a palavra, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Vou regular muito bem este som, para procurar fazer com que o Deputado Luiz Claudio Romanelli entenda que quando você conta uma história, você tem que ler a primeira página do livro.

O Senador Osmar Dias e o Senador Roberto Requião, através dos seus fiéis escudeiros aqui no Paraná - os quais admiro muito, o Deputado Caio Quintana e o Deputado Luiz Claudio Romanelli - vêm contar a história dos empréstimos do Paraná, da forma - naturalmente - que bem interessa a eles. Estão querendo agora arrumar uma saída honrosa, porque estão sendo pressionados pela opinião pública paranaense, essa é a grande verdade!

Ora, Senhores Parlamentares, houve empréstimos, que ora estão sendo retidos no Senado da República, ficaram nas mãos do Senador Osmar Dias por mais de seis meses, para que fosse dado o parecer. O Senador Osmar Dias, naquele momento, deu o seu parecer favorável, ainda no final do ano passado, e deu o seu parecer favorável. Na hora em que o Senador Osmar Dias deu o seu parecer favorável, o que é que entendemos? Entendemos que todos os requisitos exigidos pelo Senador da República estavam cumpridos. Aí, veio o Senador Roberto Requião, quando seria aprovado na Comissão - na CAE - o Senador Roberto Requião pediu vistas ao processo e aí começou a movimentação da população do Paraná. Agora, vem um aqui e faz a

leitura de documentos de 22 de maio deste ano, para que o Governo responda.

Quero dizer ao Deputado Luiz Claudio Romanelli e ao Deputado Caíto Quintana e a todos os Parlamentares, que a única questão pendente do Estado do Paraná, de qualquer informação que deveria ter sido prestada, devido ao pedido feito dos Senadores, foi a questão do protocolo das montadoras.

O Sr. Caíto Quintana - Permite um aparte, Deputado?

O SR. VALDIR ROSSONI - Por um instante.

O Sr. Caíto Quintana - O senhor está negando...

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, falei que precisava de tempo, porque os homens não iam me deixar falar.

Eles não gostam de ouvir verdades.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Vossa Excelência está falando para nós, mas tem um documento do Banco Central dizendo ao contrário!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Valdir Rossoni, com a palavra assegurada.

O SR. VALDIR ROSSONI - Agradeço, Senhor Presidente.

Quando o Senador Osmar Dias, ainda no final do ano passado, deu seu parecer favorável, significou para nós que as exigências estavam cumpridas. Volto a repetir o que falei anteriormente: o Senador Roberto Requião pediu vistas do processo, retardou a sua aprovação na Comissão e aí o Senador Osmar Dias entrou também no mesmo jogo do Senador Roberto Requião e agora, um ano depois, vem pedir documentos que já tinham - claro que hoje precisam de novos documentos, estamos num outro ano! Se fossem estes empréstimos aprovados com a mesma rapidez com que foram aprovados para outros Estados, estavam todos cumprindo as exigências do Senado da República. É claro que com o atraso ocorrido, agora o Paraná tem que cumprir novas formalidades e vai cum-

prir. Todas as informações que forem pedidas pelo Senado da República, todas as informações que forem pedidas pelo Banco Central, serão atendidas, mas agora estou vendo que os Senadores da República do Paraná começaram a usar a inteligência, sentiram a pressão popular, ouviram o grito do Paraná e agora, naturalmente, pedem estas informações. Vamos prestar estas informações e não tem mais como não aprovar estes empréstimos ao Paraná depois dos últimos acontecimentos no Senado da República.

Quero aqui colocar e falar de uma notícia que estremeceu a todo o povo paranaense - e diga-se de passagem, com voto favorável dos dois Senadores da República do Paraná - jornal "Zero Hora" de Porto Alegre: "Viagem de Brito - Antônio Brito permanece quatro dias em Washington para assinar dois grandes contratos de financiamento. No BIRD, de 208 milhões de dólares, que se chama 'Pró-Rural' e outro no BID, de 300 milhões de dólares", aprovados no mesmo dia e no mesmo mês em que foi pedido vistas dos empréstimos do Paraná, com voto dos Senadores do Paraná.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência está afirmando uma inverdade: o Senador Requião, não da CAE.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, aprovados os empréstimos para o Rio Grande do Sul e ontem saiu no jornal "Zero Hora", de Porto Alegre, a viagem do Governador Antônio Brito para assinar estes dois importantes empréstimos, um para a área da agricultura - como é o "Paraná Doze Meses", está aqui em minhas mãos - aprovados pelos dois Senadores do Paraná e do qual os dois Senadores também alegam a questão do endividamento dos Estados brasileiros, principalmente os Estados do Sul: a dívida pública. O Paraná tem 390 milhões em dívidas, o Estado de Santa Catarina tem 1 bilhão e quatrocentos milhões em dívidas públicas - três vezes mais que o Paraná -, o Rio de Janeiro tem 5 bilhões e 900 milhões - 15 vezes mais que o Paraná - e pasmem os senhores: o Estado do Rio Grande do Sul, que teve o seu empréstimo aprovado pelos Senadores do Paraná, tem 6 bilhões e 500 milhões em dívidas, que

são 16 vezes maior o endividamento do Estado do Paraná!

Passo a fazer a leitura da dívida mobiliária dos Estados, que também não justifica as atitudes dos Senadores do Paraná: o Estado do Paraná tem dívida mobiliária de 403 milhões, a dívida de Santa Catarina tem de 1 bilhão e meio - quatro vezes mais do que o Estado do Paraná - e pasmem os senhores: o Estado do Rio Grande do Sul, que está o Senhor Governador viajando a Washington para assinar dois importantes empréstimos, um de 108 e outro se 300, a sua dívida é de 6 bilhões e 700 milhões...

O Sr. Renato Adur - Deputado Rossoni, me concede um aparte?

O SR. VALDIR ROSSONI - Gostaria, Senhor Presidente, que me assegurasse a palavra.

(Discussões paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A palavra está assegurada ao orador que usa da tribuna, e os apartes só serão permitidos com o devido consentimento dele.

O Sr. Caíto Quintana - Pois é, mas tem que pedir. Ele pode dizer não.

(Discussões paralelas)

O Sr. Renato Adur - Deputado Rossoni, pela ordem, solicito um aparte de Vossa Excelência.

O SR. VALDIR ROSSONI - Não cabe questão de ordem, Senhor Presidente, apesar de que é Vossa Excelência que tem que dar o seu parecer e não dou apartes porque é muito importante, porque a pouco estavam contando aqui da tribunal, o penúltimo capítulo...

O Sr. Renato Adur - Deputado Rossoni, Vossa Excelência é um democrata por excelência, e democraticamente solicito a Vossa Excelência um aparte, pela ordem, com a permissão do Senhor Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Queria só fazer uma questão de ordem à Mesa.

Curitiba, quarta, em 25.06.97

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A ordem de Vossa Excelência deve ser baseada no Regimento Interno.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - É pertinente à matéria. O Regimento Interno diz o seguinte: que um Parlamentar da Bancada desta Casa faz ao orador o pedido de aparte. O orador concede ou não o aparte. Se peço um aparte, ele pode me dizer o seguinte: "Na sequência, Excelência". Agora, ele não pode pedir à Mesa para assegurar a palavra. Ele diz que concede ou não: "Excelência, eu não concedo". Vou ficar aqui quieto e não vou falar nada.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, temos que pedir ao Deputado Romanelli para que vá, imediatamente, fazer uma consulta auditiva, porque eu disse "a seguir", e ele não ouviu.

Eu o perdoo, porque quando ouve-se a verdade, a verdade é doída.

Quero repetir aqui os números, Senhores Parlamentares: pasmem os senhores, o Estado do Rio Grande do Sul, que o Senhor Governador está indo a Washington assinar estes dois importantes empréstimos...

O Sr. Renato Adur - Deputado Rossoni, me concede um aparte?

O SR. VALDIR ROSSONI - Logo a seguir, Senhor Deputado.

O Estado do Rio Grande do Sul, a sua dívida mobiliária é de 6 bilhões e trezentos milhões. Onde estavam os nossos Senadores da República quando aprovaram os empréstimos para o Rio Grande do Sul? Posso eu acreditar que não estavam na reunião, posso eu pensar que naquele dia estavam em viagem, ou posso eu acreditar que eles estão tratando o Estado do Paraná de uma forma diferente do que o Estado do Rio Grande do Sul?

Como diz o nosso Governador: é muito melhor que os outros façam a conclusão de tudo isso que está acontecendo e tirem a sua conclusão, do que nós tirarmos a conclusão.

Também ontem - e quero deixar claro aqui a posição do Governo Jaime Lerner, não é contra o Senado e nem

contra a Comissão o nosso posicionamento. Não queiram jogar...

O Sr. Renato Adur - Deputado Rossoni, sabe o valor solicitado pelo Governo do Paraná atualmente, de empréstimo do Banco Mundial? Vossa Excelência citou aí 390 milhões...

(Ausência de som)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado não concedeu aparte, a menos que...

O SR. VALDIR ROSSONI - Não senhor, não vou conceder aparte.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência continua com a palavra.

Peço aos Senhores Deputados que queiram apartear, que observem o dispositivo do Regimento Interno.

Tão logo Sua Excelência o Deputado autorize os apartes...

O SR. VALDIR ROSSONI - Desde o início, quando faço uso da tribuna, sempre tenho um costume, na minha vida parlamentar e procuro segui-lo - sob a égide do nosso Presidente - de ouvir os pronunciamentos também da Oposição, e a pouco ouvi os dois Parlamentares falarem, e não consigo aqui concluir o meu pronunciamento, porque na verdade, a grande verdade, é que agora estão querendo achar uma saída honrosa para este sacrifício que estão trazendo à população paranaense.

Eles não observaram quando lá, em dezembro, no final de novembro, quando o Senador da República, Roberto Requião pediu vistas dos empréstimos do Paraná, quando o Senador Osmar Dias deu o seu parecer. Então, posso eu concluir que os Senadores do Paraná ou não estavam no dia em que aprovaram os empréstimos do Rio Grande do Sul, ou estavam viajando ou estão tratando o Rio Grande do Sul de uma forma benevolente.

Agora, vir aqui, fazer leitura de documentos enviados ao Paraná, no dia 22 de maio, pode ter certeza, Senhor Presidente, a única questão que o Governo Jaime Lerner se nega a mostrar, neste momento, são os protocolos, porque ele já pediu aos Senadores da República que marquem uma ses-

são no Senado e convoquem todos os Estados, para que todos, no mesmo dia, na mesma hora, e no mesmo instante, mostrem seus protocolos.

Agora, não queiram aqui vir mostrar o último capítulo de uma novela, porque esta novela por enquanto está prejudicando a população do Paraná. Mas tenho certeza: "o povo unido jamais será vencido". Eles vão aprovar estes empréstimos ou vão ser crucificados pela população do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Qual é o total dos empréstimos que o Governo atual está solicitando ao Banco Mundial?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado diz que vai responder oportunamente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, não queria me tornar um herege, que contraria a verdade. São informações oficiais do Governo do Paraná, que o saldo da dívida pública, em 31.08.96 - está aqui na minha mão, tenho o documento da dívida interna e externa do Estado do Paraná - é de R\$ 1.601.598.828,81 (hum bilhão, seiscentos e um milhões, quinhentos e noventa e oito mil, oitocentos e vinte e oito reais e oitenta e um centavos). Este é o total da dívida pública do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson García, constan-



te do expediente. Necessita de apoio-  
mento. **Apoiado.** À Diretoria Legisla-  
tiva.

Projeto de lei de autoria do Se-  
nhor Deputado José Maria Ferreira,  
constante do expediente. Necessita de  
apoio. **Apoiado.** À Diretoria Le-  
gislativa.

Projetos de lei em número de 02  
(dois), de autoria do Senhor Deputado  
Emerson Nerone, constantes do expedi-  
ente. Necessitam de apoio. **Apoi-**  
**ados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Se-  
nhor Deputado Hidekazu Takayama,  
constante do expediente. Necessita de  
apoio. **Apoiado.** À Diretoria Le-  
gislativa.

Projeto de lei de autoria do Se-  
nhor Deputado Toti Colaço, constante  
do expediente. Necessita de apoio. **Apoi-**  
**ado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Se-  
nhor Deputado Basílio Zanusso, cons-  
tante do expediente. Necessita de  
apoio. **Apoiado.** À Diretoria Le-  
gislativa.

Projeto de lei de autoria da Se-  
nhora Deputada Ironi Pugliesi, cons-  
tante do expediente. Necessita de  
apoio. **Apoiado.** À Diretoria Le-  
gislativa.

Projeto de lei de autoria do Se-  
nhor Deputado Caio Quintana, cons-  
tante do expediente. Necessita de  
apoio. **Apoiado.** À Diretoria Le-  
gislativa.

Requerimento de autoria do Se-  
nhor Deputado Luiz Carlos Zuk, cons-  
tante do expediente, solicitando pre-  
ferência de votação para o Projeto de  
Lei nº 272/97, constante da Ordem do  
Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Se-  
nhor Deputado Luiz Carlos Alborghe-  
tti, constante do expediente, solici-  
tando a inversão da Ordem do Dia da  
presente sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o Requeri-  
mento de autoria do Senhor Luiz Car-

los Zuk, solicitando preferência de  
votação para o Projeto de Lei nº  
272/97, acima aprovado:

# ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº  
272/97, de autoria do Deputado Luiz  
Carlos Zuk e outros, que dispõe sobre  
anistia tributária e dá outras provi-  
dências. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..  
SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. (Publ.  
no D.A. nº 93, de 10.06.97). **Em dis-**  
**cussão.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -  
Para encaminhar a discussão, o  
Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Com todo o  
respeito ao nosso amigo e cole-  
ga, Deputado Luiz Carlos Zuk, de Pon-  
ta Grossa, nós, da Bancada do PT, vo-  
tamos contra novamente, esse projeto,  
e vamos dizer por quê, como já ontem  
- e muito bem se manifestou o Deputa-  
do Doutor Rosinha.

Achamos que há vários problemas  
neste projeto: primeiramente, de  
questão cultural. Não podemos cons-  
truir um Estado e um País, fortale-  
cendo a cultura da sonegação.

Sabemos que temos problemas sé-  
rios de financiamento da economia  
brasileira, da economia paranaense,  
falta de recursos públicos para fi-  
nanciar educação, saúde, transporte  
coletivo, saneamento básico, habita-  
ção e assim por diante, a pequena  
produção familiar, principalmente. E  
existe no Brasil, sonegações fantás-  
ticas de impostos. Um projeto deste  
tipo, que basicamente anistia o mau  
pagador do ICMS, que não é um imposto  
qualquer. Este mau pagador já recebeu  
o valor do ICMS quando fez a transa-  
ção da mercadoria, já recebeu o di-  
nheiro público que não lhe pertence e  
que não está pagando. E muito mais  
grave que outro tipo de imposto. É  
imposto que ele recebe quando vendo o  
produto.

Então, um projeto dessa nature-  
za, fortalece a cultura e o espírito  
da sonegação, que tanto mal faz ao  
povo desse País e desse Estado. Esse  
é o primeiro motivo que nos leva, com  
a consciência tranqüila, a votar con-  
tra este projeto de lei.

Segundo lugar: há mais de dez  
anos que não havia no Paraná anistia

de impostos devedores. No ano passado, um projeto do mesmo Governo dá uma anistia - o Governo alardeava que ia receber R\$ 300.000.000,00 e não recebeu nem R\$ 30.000.000,00, não resolveu nenhum problema com este tipo de anistia.

E esta anistia de hoje - digo assim - é muito pior do que a do passado: pegamos um devedor do ICMS e vamos parcelar a sua dívida em 100 parcelas. É só dividir por 12, dá 8 anos! Este devedor vai poder pagar em 8 anos a dívida com a Receita Estadual, e não vai pagar multa! Ou seja, isso é uma verdadeira anistia - o que está acontecendo - ao mau pagador! Enquanto aquele que pagou o seu imposto, o consumidor que pagou, vai ser prejudicado, porque a lei tem que ser igual para todos. Esse é o segundo argumento do princípio que nos leva a votar contra o projeto do nobre Deputado Luiz Carlos Zuk.

E a Bancada do PT vai entrar com uma ação na Justiça se tal projeto for aprovado. Queremos um outro tipo de legislação, e estamos dando exemplo, nesta Casa. Quando foi votada a "Paraná Desenvolvimento", agência, aprovamos uma emenda - o Deputado Zuk votou conosco - os outros Deputados, fizemos negociação com o Secretário da Fazenda, colocando 25% dos recursos da "Paraná Desenvolvimento" para beneficiar quem? O pequeno, o micro, o médio empresário paranaense, da agricultura, indústria, comércio e serviços. Porque não entendemos que só as montadoras multinacionais devam receber recursos do Estado, mas aquele empresário que está à beira da falência, que está saindo do Paraná, este sim, para ele o Governo deve olhar.

Ele gera muito mais empregos que as montadoras, que são empresas de capital intensivo, que geram, relativamente ao capital investido, muito pouco emprego. Ou seja, a relação custo/benefício social que o investimento que o Estado faz em montadora, é uma relação complicada, cada emprego de uma montadora vai custar, para o Paraná, muito dinheiro! Com uma quantidade menor de dinheiro, o Estado pode gerar muito mais emprego na pequena produção familiar, por exemplo. Então, aí sim, entendemos uma lei justa, transparente, é um projeto

de desenvolvimento alternativo para o Estado, em que o Governo vai beneficiar certos empresários que geram empregos, de acordo com o montante que ele quer. É uma lei clara para todos, inclusive é um Conselho Democrático, com a participação de empresários, dos trabalhadores que vai dizer quais os projetos que merecem o apoio dos recursos públicos do Paraná. Aprovamos esta lei, fizemos isso!

Nossa Bancada está criando, nesta Casa, o Fundo Público de Apoio à Produção Familiar, também com recursos do Estado: 25% do dinheiro arrecadado com a venda das ações da COPEL. Isso é uma lei transparente! Agora, não podemos concordar com uma lei que culturalmente fortalece a sonegação fiscal, que beneficia o mau pagador! Mais do que isso, estamos entrando com um Requerimento que, esperamos, seja aprovado pelos Deputados dessa Casa. Queremos saber a relação dos devedores da Receita Estadual, a lista com todos os nomes e o montante da dívida, para podermos, com transparência, ver quem esta lei está beneficiando.

Muito obrigado.

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, há momentos na história em que movimentos de contracultura ajudaram a mudar o "status quo", ajudaram a questionar determinados valores. E há momentos na história em que estes mesmos movimentos de contracultura atrapalharam a consolidação de valores em determinados segmentos da sociedade.

Este projeto da forma como ele se estabelece parece que é um movimento de contracultura de uma história e que tenta se construir neste País, aonde as pessoas de bem, aquelas que pagam em dia os seus tributos, são beneficiadas. O fato de termos uma quantidade enorme de pequenos e médios empresários nesse Estado, indviduados com o ICMS, e em dificuldades tremendas para pagar suas dívidas, e por vezes estes pequenos e médios empresários tem que escolher entre pagar a folha de pagamento e os seus tributos - daí a escolha de pagar a folha de pagamento. Isso não nos dá o direito de criarmos um projeto que vai contra todos aqueles que a duras penas têm mantido os seus

tributos em dia nesse Estado, e esses são a grande maioria.

Portanto, se há dificuldades enormes de pagamento por parte dos pequenos desse Estado, criemos uma linha de crédito através do BANEESTADO - e, Senhores Deputados, 300 milhões de dólares dados à empresa Renault, sem juros e correção monetária. com um prazo de carência enorme, esses mesmos 300 milhões de reais dariam, com certeza, para cobrir as despesas mais emergentes e renegociar essas dívidas de ICMS, de todos os pequenos produtores do Paraná, de pequenas empresas do Paraná.

Portanto, não há nenhum tipo de justificativa para darmos uma isenção, que é praticamente uma isenção de pagamento, aqueles que vão ter seis meses para pagar, sem juros e sem correção monetária, sem multa. Qual a explicação plausível, o que vamos explicar para aqueles que pagaram em dia, quando amanhã, tiverem o carnê preenchido, a sua ficha de tributos preenchidos, qual é a certeza que esse homem vai ter de pagar e ser, de alguma forma, beneficiado por uma lei futura?

Portanto, dar esse tipo de isenção, de rolagem de dívida sem juros, sem correção monetária, não especificando quem vai ser beneficiado, portando estendendo a todos os devedores do Estado, sem dar margem, sem dar nenhum tipo de parâmetro para a negociação, é dar uma carta branca na mão do Secretário da Fazenda e dar um "tapa na cara" daqueles que contribuiriam em dia neste Estado. E pior, Senhor Presidente, aqueles que pagam seus tributos indiretamente, aqueles que ganham salários de miséria que esse Estado paga, quer seja pelos seus servidores, quer seja pelas suas empresas, esses servidores que já pagam imposto indiretamente ao comprar o produto, esses então, que a lei, de forma alguma tem condições de agir.

A IMPACEL entra nesta história, Doutor Rosinha? Será que o grupo Miguel Zattar vai entrar nessa história?

Senhor Presidente, o nome das empresas e do volume devido - me parece que seria essencial que tivéssemos uma relação dos devedores do Estado e o volume possível de renegociação através dessa lei. Acho que se-

ria o mínimo aceitável para que esse Parlamento votasse com tranqüilidade qualquer tipo de rolagem de dívida, senão, estaremos, por lei, estabelecendo o calote.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Vossa Excelência encaminha um pedido de informações, solicitando à Secretaria da Fazenda a relação dos débitos daqueles que infringiram a lei, e garanto a Vossa Excelência que a Secretaria vai enviar.

O SR. EMERSON NERONE - Senhor Presidente, muito obrigado, e encaminharei na sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Substitutivo Geral da Comissão.

Os Senhores Deputados que aprovam o Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça, conservem-se como estão.

**Aprovado o Substitutivo Geral,** com voto contrário da Bancada do PT.

Atendendo Requerimento acima aprovado, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, solicitando a inversão da Ordem do Dia, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

#### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/97, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que altera a redação do artigo 1º, caput, da Lei Estadual nº 11.500. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 63, de 06.05.97).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 191/97

##### PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Joel Coimbra visa alterar a redação do artigo 1º, caput, da Lei Estadual nº 11.500.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa.

Somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 005/97, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da subvenção social dos Senhores Deputados, relativas ao exercício financeiro de 1995. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 004/97, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assistência Social dos Senhores Deputados, relativa ao exercício financeiro de 1995. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/97, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 1995. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 002/97, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 1994. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 237/96, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação e Creche Jesus de Nazaré, com sede e foro na Cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/97, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública a Associação das Escolas Reunidas do Instituto Cristão, mantene-

dora do Colégio Instituto Cristão. EMENDA DA C.C.J.. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Em votação a Emenda: **Aprovada. Aprovado o Projeto, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 235/96, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Instituto Belém de Educação e Cultura - IBEC, com sede e foro na Cidade de Faxinal, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/97, de autoria do Deputado Duilio Genari, que declara de Utilidade Pública o CEMIC - Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade, com sede e foro na Cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 077/96, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Jardim Santa Rita de Londrina, com sede e foro na Cidade de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registramos a presença dos Vereadores Antonio Adelson Marciniak, Resemar Lopes, Luiz Roque Pereira e Doutor Cezar Lazaroto, assessor do Prefeito de Santa Tereza do Oeste, que estão aqui a convite do Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1541, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, com apoio dos Senhores Deputados Élio Rusch, Walmor Trentini, Hidekazu Takayama e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1576, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ADEMAR TRAIANO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O objetivo deste Requerimento ao Senhor Secretário Hermas Brandão, é, na verdade, para que possamos de uma forma criteriosa, isentarmos os nossos pequenos agricultores do Estado do Paraná, com relação ao pagamento das ovelhas que morreram por estarem infectadas quando da chegada nas suas propriedades.

Temos acompanhado nas Prefeituras Municipais, os Prefeitos preocupados com relação ao pagamento dessas ovelhas, porque as dívidas, na verdade, estão sendo assumidas pelas Prefeituras e, em contrapartida, as Prefeituras terão que cobrar dos pequenos agricultores. E, encaminhamos estes Requerimentos com o objetivo de estabelecermos alguns critérios que possam isentar estes agricultores com relação ao pagamento das ovelhas mortas. Critérios estes que serão obedecidos da seguinte forma: cada pequeno agricultor deverá encaminhar à Prefeitura Municipal, ao Senhor Prefeito, um Requerimento de seu próprio punho - não poderá ser uma carta montada em nenhum escritório - mas sim, um requerimento pessoal de cada agricultor, para que o Prefeito encaminhe este Requerimento do agricultor à Secretaria local, à EMATER e, posteriormente, após uma análise clara, encaminhar ao Senhor Secretário da Agricultura para isenção definitiva do pagamento das ovelhas mortas e infectadas.

Era essa, apenas, a nossa preocupação. Fico agradecido aos Senhores Deputados pela aprovação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

A votação do Requerimento do Deputado Ademar Traiano é a respeito do pagamento de ovelhas?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foi aprovado. Ele apenas justificou seu voto.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Gostaria apenas de comunicar a Casa - e a Casa tem ciência disso - que é um projeto de lei apresentado por este Deputado e o Deputado Zuk, para que o Governo do Estado, através

da EMATER e da Secretaria da Agricultura, anistie as Prefeituras Municipais da dívida com as ovelhas, desde que comprovado que esta anistia se estendeu aos produtores que receberam as ovelhas.

Ressaltamos a preocupação do Deputado Traiano, e no entanto, me parece - e espero que não seja - para que amanhã tenhamos a reprovação, o retardamento da votação de uma lei, que é uma norma necessária por este Poder, para que o Executivo possa proceder esta anistia.

Apenas para registrar que já existe um projeto tramitando nesta Casa.

O SR. ADEMAR TRAIANO - Senhor Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Apenas gostaria de dizer ao Deputado Caíto Quintana, que a iniciativa da parte dele e tanto do Deputado Zuk, é louvável, até porque reconhece que realmente houve um problema grave com relação a este programa que foi implementado pelos Governos Roberto Requião e Álvaro Dias.

O nosso Requerimento é que a iniciativa partisse do próprio agricultor, com uma correspondência do próprio punho, para que não cometêssemos injustiça com relação a este episódio, que o agricultor conte a sua historinha para o Prefeito, para que ele possa, a partir de um documento, tomar as providências, e daí então, com certeza - entendemos perfeitamente - que haverá necessidade de um projeto autorizando o Governo do Estado para que isente as Prefeitura do pagamento dessas ovelhas.

Apenas isso gostaríamos de registrar nesse momento.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pela ordem, Senhor Presidente.

Para recuperar, apenas uma questão: o nosso projeto não tem nenhum reconhecimento da questão da ovelha ter morrido. O argumento do projeto é que o programa não existe mais, portanto, não justifica receber a ovelha do produtor se não vai distribuir para ninguém mais.

Em segundo lugar, Senhor Presidente, está me cheirando - e acho que isso não é procedimento nesta Casa - ao sentir que um projeto foi feito,

tentár se antecipar. Seria a mesma coisa que eu disse a Vossa Excelência, que para provar a anistia fiscal votada agora aqui nesta Casa, cada devedor do Estado tivesse que escrever uma historinha para a Secretaria da Fazenda contando quais são os seus problemas.

Projeto de lei é norma geral de conduta, ou concede a todos ou não concede a nenhum, senão não é lei, é privilégio.

O SR. ADEMAR TRAIANO - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência poderá fazê-lo em Explicações Pessoais.

Requerimentos nºs 1542 e 1543, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1546 e 1547, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1548, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1549, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1550, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1556 e 1558, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1559, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1561 a 1563, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1564, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 1565, de autoria do Senhor Deputado José Tavares,

constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1566 a 1573, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1575, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romaneli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1579, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1580, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, com apoio dos Senhores Deputados Horácio Rodrigues, Augustinho Zucchi, José Maria Ferreira e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1581, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1582 e 1583, de autoria dos Senhores Deputados Péricles Mello, Irineu Colombo, Emerson Nerone, Doutor Rosinha e Ângelo Vannoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1584-A, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declarar encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para logo após o término desta, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 272/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 296/95, 576/96, 189 e 218/97.

Marca ainda, uma sessão ordinária para quinta-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 104 e 238/97.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 296/95, 576/96, 189,, 191 e 218/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 100, 195, 196, 200, 223, 224, 269 e 305/97.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrição:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ CARLOS ZUK, EM SESSÃO DO DIA 25 DE JUNHO DE 1997.

#### **"FUGA DE PRESOS: O VERDADEIRO CULPADO NÃO SERÁ PROCESSADO"**

Dr. José Jairo Baluta

Testemunhamos no decorrer desta semana a ocorrência de fatos altamente lamentáveis para uma sociedade que se comprometeu a aceitar as regras mínimas da ONU, quanto ao respeito dos direitos dos cidadãos. De um lado, infratores assassinando policiais, e de outro, milicianos matando os infratores (fatos que deverão ficar muito bem esclarecidos em regulares feitos investigatórios). Ora, não será este certamente, o fim que todos esperam quando um cidadão que comete alguma infração, se submete às regras estatais para cumprir as sanções a ele impostas, através de um regular processo de conhecimento, que culmine com uma sentença penal condenatória transita em julgado. Quem então na verdade está falhando, e até em certo ponto, colaborando para a deflagração de episódios tão trágicos? Será tão somente a nossa polícia, da qual tanto exigimos, que não se encontra devidamente preparada para patrocinar a guarda dos presídios, permitindo que armas de fogo vão parar nas mãos dos presos? Mas que por outro, após o ocorrido, se mostra tão ágil e competente, localizando e recapturando grande parte dos fugitivos, dando-se a impressão de que, se um trabalho

nesses nível fosse lá desenvolvido, fugas e mortes não existiriam.

Há nesta história um grande 'vilão', que é o maior impulsionador destes acontecimentos, e que na maioria das vezes nos esquecemos de sua pessoa, que é o Estado. Este sempre se mostrou altamente incompetente no trato com a execução das penas que ele mesmo impõe, através de poder próprio, aos seus administradores infratores. Para se obter um benefício legal, p.ex., para um preso, na Vara de Execução Penal do Estado, é um verdadeiro sacrifício, diria até um verdadeiro milagre, face aos milhares de processos que lá se amontoam, em contrapartida a poucos juizes e promotores encarregados deste grande volume de trabalho; os policiais que atendem aos presídios deveriam merecer, por parte do Estado, uma atenção especial, inclusive com salários mais elevados, sem falar em constantes orientações sociais e até psicológicas, visto que trabalham em tensão 24 horas por dia; a verba para sustentar os presos, é de conhecimento de todos, mal dá para uma refeição, tendo muitas vezes os carcereiros que saírem mendigar comida para não os deixar morrerem de fome. A belíssima Lei 7.210/84 (de execução penal), que se apresentou-se como uma das mais modernas do mundo, nunca foi cumprida na parte que versa sobre a questão carcerária, pois as famosas 'casas do albergado' até hoje não foram construídas, as áreas dos presídios destinadas para assistência, educação, estagiários universitários, etc., também receberam o mesmo fim. O respeito à determinação de que presos provisórios ficariam separados dos condenados definitivos, e que os primários seriam tratados diferencialmente dos reincidentes, também não têm condições físicas de ser observado. A determinação do limite de lotação compatível com a estrutura dos presídios e cadeias, é outra previsão impossível de ser atendida, pois nunca sobrou espaço nestes estabelecimentos. A previsão de que o condenado será subjugado a alojamento de cela individual com dormitório, aparelho sanitário e lavatório, com ambiente salubre, aeração, insolação e condi-



cionamento térmico adequado à existência humana, numa área mínima de 6 metros quadrados, não passou de um engodo legal.

Se temos de um lado leis comportamentais às quais devemos obediência, sob pena de vermos este 'monstro lógico' chamado Estado, nos impor penas de mais diversas qualidades, o mínimo que ele deveria fazer era cumprir também as leis a que está obri-

gado, dando aos cidadãos-infratores a repressão citada, mas com justiça. Sem questionar a índole individual deste ou daquele indivíduo, todos estamos sujeitos às mesmas leis, não sendo justo que aquele que não cumpre a parte que lhe toca, fique impune. Mas como processar e julgar um infrator tão perigoso e poderoso, como é o Estado?"